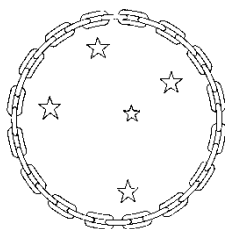


ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA



DEPARTAMENTO DE ESTUDOS

CAEPE/ 2015

TRABALHO DE MONOGRAFIA - 2015

DEFESA NACIONAL: uma visão dos programas dos principais partidos políticos brasileiros, sob o enfoque da expressão militar, em 2015.

Coronel Intendente

LUIZ ANTONIO PONTES

LUIZ ANTONIO PONTES

DEFESA NACIONAL:

**Uma visão dos programas dos principais partidos políticos
brasileiros, sob o enfoque da expressão Militar, em 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia
apresentada ao Departamento de Estudos da
Escola Superior de Guerra como requisito à
obtenção do diploma do Curso de Altos
Estudos de Política e Estratégia.

Orientador: Cel Int Aer R1 José Teixeira Louzada

Rio de Janeiro
2015

C2015ESG

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referencia bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG.

Luiz Antonio Pontes

Biblioteca General Cordeiro de Farias

Pontes, Luiz Antonio

Defesa Nacional: uma visão dos programas dos principais partidos políticos brasileiros, sob o enfoque da expressão militar, em 2015 / Cel Int Luiz Antonio Pontes. - Rio de Janeiro: ESG, 2015.

64 f.

Orientador: Cel Int Aer R1 José Teixeira Louzada

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2015.

1. Defesa Nacional. 2. Partidos Políticos. 3. Política. 4. Programa dos Partidos. 5. *SaliencyTheory*. I. Título.

A todos da família que durante o meu período de curso contribuíram com ensinamentos e incentivos.

A minha gratidão, em especial à minha amada esposa Sarha e aos meus queridos filhos Kevin e Anne, mais uma vez, pela compreensão, como resposta aos momentos de minhas ausências e omissões, em dedicação, agora, às atividades da ESG.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo e de todos, a Deus, por me proporcionar mais essa experiência, não me deixar fraquejar e me dar forças para seguir em frente.

Àqueles que direta e indiretamente foram responsáveis por parte considerável de minha formação.

Aos estagiários da minha turma do CAEPE não só pelo convívio, mas também pelo aprendizado e conhecimento que me proporcionaram.

Ao Corpo Permanente da ESG pelos ensinamentos e orientações que me fizeram redescobrir e lembrar a importância de estudar o Brasil.

Ao meu orientador Cel Int Aer R1 José Teixeira Louzada pela compreensão, apoio, orientações e incentivos.

Finalmente, ao pessoal de apoio da ESG por tornarem ainda mais fácil essa missão.

To me, party platforms are contracts with the people.
Harry S. Truman (1884-1972)

RESUMO

Defesa Nacional: uma visão dos programas dos principais partidos políticos brasileiros, sob o enfoque da expressão militar, em 2015

Os programas partidários tem por escopo a apresentação do pensamento de cada partido político, por meio da agregação de proposições que visam atender o bem comum de uma nação, na visão de seus partidários. Definem a identidade de cada partido e devem ser peças importantes na condução e nos rumos que cada partido quer dar ao país. Por sua vez, a Política Nacional de Defesa dispõe que “o conjunto de medidas e ações do estado, com ênfase na expressão militar para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”. Diante da relevância do tema Defesa Nacional, este trabalho tem por objetivo verificar em que medida os programas dos principais partidos políticos brasileiros, manifestam o tema Defesa Nacional, sob o enfoque da expressão Militar, em 2015. Para tanto, analisa os 32 (trinta e dois) programas dos principais Partidos Políticos brasileiros (aqueles registrados no Tribunal Superior eleitoral, no primeiro semestre de 2015). Constata que esse tema é tratado em apenas 44% dos programas dos principais Partidos Políticos brasileiros e mesmo assim, de forma bastante superficial. O resultado é considerado coerente com a *Saliency Theory*. Apresenta, ainda, uma pequena consideração após a criação do 33º (trigésimo terceiro) partido político e, ao final, algumas sugestões para novos estudos.

Palavras chaves: Defesa Nacional. Partidos Políticos. Política. Programas dos Partidos. *Saliency Theory*.

ABSTRACT

National defense: a vision of the programs of Brazil's main political parties, with a focus on military term, in 2015

The party programs focus on the presentation of the thought of each political party, through the aggregation of proposals that aim to serve the common good of a nation, in the view of his supporters. Define the identity of each party and should be important parts in driving direction and that each party wants to give the country. In turn, the National Policy of Defense states that "the set of measures and state actions, with emphasis in the military expression for the defense of the territory, sovereignty and national interests against threats preponderantly external, potential or manifest". Due to the relevance of the theme of National Defense, this study aims to verify to what extent the programs of major Brazilian's political parties manifest the theme National Defense, with a focus on military expression, in 2015. Therefore, analyzes the 32 (thirty-two) programs in Brazil's main political parties (those registered in the Electoral Superior Court, the first half of 2015). Notes that this issue is dealt with in just 44% of the programs of Brazil's main political parties and yet, in a very superficial way. The result is considered consistent with the Saliency Theory. It also presents a small consideration after the creation of the 33 (thirty-third) political party and at the end, some suggestions for further studies.

Keywords: National Defense. PoliticalParties. Policy. Parties of Programs. Saliency Theory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAEPE	Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia
DEM	Democratas
DOU	Diário Oficial da União
ESG	Escola Superior de Guerra
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
NOVO	Partido Novo
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PND	Política Nacional de Defesa
PP	Partido Progressista
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democrata Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista do Brasil
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA E DOS OBJETIVOS	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	11
1.2 HIPÓTESE E OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS.....	12
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	13
1.4 RELEVÂNCIA	13
1.5 PLANO DE APRESENTAÇÃO.....	14
2 REVISÃO DA LITERATURA	15
3 METODOLOGIA	20
4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS, CONSIDERAÇÕES E ANÁLISE DE RESULTADOS	22
4.1 EXTRATOS DO TEMA DEFESA NOS PROGRAMAS PARTIDÁRIOS.....	22
4.1.1 PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB).....	22
4.1.2 PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB).....	24
4.1.3 PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT).....	24
4.1.4 PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)	25
4.1.5 DEMOCRATAS (DEM).....	26
4.1.6 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCDOB).....	27
4.1.7 PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB).....	27
4.1.8 PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB).....	27
4.1.9 PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO (PTC).....	27
4.1.10 PARTIDO SOCIAL CRISTÃO (PSC).....	27
4.1.11 PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL (PMN)	28
4.1.12 PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA (PRP)	28
4.1.13 PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (PPS).....	28
4.1.14 PARTIDO VERDE (PV).....	29
4.1.15 PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL (PTB).....	30
4.1.16 PARTIDO PROGRESSISTA (PP).....	30
4.1.17 PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO (PSTU).....	30
4.1.18 PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).....	30
4.1.19 PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO (PRTB).....	31
4.1.20 PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE (PHS)	31
4.1.21 PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO (PSDC).....	31
4.1.22 PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA (PCO)	32
4.1.23 PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN).....	32
4.1.24 PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL).....	33
4.1.25 PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO (PRB)	33
4.1.26 PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL)	33
4.1.27 PARTIDO DA REPÚBLICA (PR)	34
4.1.28 PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD).....	34
4.1.29 PARTIDO PÁTRIA LIVRE (PPL).....	35
4.1.30 PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL (PEN).....	35
4.1.31 PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL (PROS).....	36
4.1.32 SOLIDARIEDADE (SDD).....	36
4.2 ANÁLISE DOS DADOS EXTRAÍDOS DOS PROGRAMAS PARTIDÁRIOS	36
4.2.1 SOLUÇÃO DO PRIMEIRO OBJETIVO ESPECÍFICO.....	37

4.2.2	SOLUÇÃO DO SEGUNDO OBJETIVO ESPECÍFICO	38
4.3	RESULTADOS OBTIDOS POR MEIO DE QUESTIONÁRIOS ELETRÔNICOS..	39
4.3.1	SOLUÇÃO DO TERCEIRO OBJETIVO ESPECÍFICO	39
4.4	VERIFICAÇÃO DA HIPÓTESE	42
4.5	RESPOSTA AO PROBLEMA DE PESQUISA E OUTRAS CONSIDERAÇÕES ..	43
4.6	O 33º PARTIDO POLÍTICO – O PARTIDO NOVO.....	46
5	DISCUSSÃO, CONCLUSÕES E SUGESTÕES P/ FUTURA INVESTIGAÇÃO	47
	REFERÊNCIAS	51
	ANEXO A.....	56
	ANEXO B.....	57
	ANEXO C.....	59
	ANEXO D.....	63

1 APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA E DOS OBJETIVOS

A Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, é uma instituição acadêmica, componente da estrutura organizacional do Ministério da Defesa, voltada ao desenvolvimento e consolidação dos conhecimentos necessários ao exercício de funções e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional¹. Defesa Nacional, tema desta pesquisa, será apresentado e melhor delineado nos itens que se seguem, tendo como escopo os programas dos partidos brasileiros a partir da contextualização e definição do problema a ser estudado.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A Constituição Federal do Brasil dispõe, em seu artigo 1º, que a República Federativa do Brasil, constitui-se como um Estado Democrático de Direito, tendo como um de seus fundamentos o pluralismo político.

Por sua vez, a Lei nº 9.096/95, dispõe que somente os partidos políticos, mediante registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) podem participar do processo eleitoral e assim dar possibilidade de acesso de seus filiados, como mandatários de cargos nos Poderes Legislativo e Executivo, e assim legislar, bem como decidir os desígnios da nação brasileira.

Esse mesmo normativo dispõe, em seu art. 14, sobre a liberdade dos partidos políticos para fixar, em seus programas, seus objetivos políticos.

Nesse sentido, uma vez que a Política Nacional de Defesa (PND), como Política de Estado, está consubstanciada no Decreto 5.484/05, considera-se importante conhecer se os principais partidos políticos, por meio de seus programas, têm se manifestado sobre o tema Defesa Nacional, considerando que estes últimos, em tese, expressam uma ideia de política de governo a ser implementada por essas personalidades jurídicas do Direito Privado, caso

¹ Disponível em: <http://www.esg.br/index.php/br/2014-02-19-17-51-50/apresentacao>. Acesso em: 04 junho 2015.

ascendam ao poder, ou mesmo expressam objetivos políticos a serem defendidos ou perseguidos por essas instituições, no que pode vir a ser consubstanciado, quando convergentes, em uma política de estado.

Dentro desse escopo, não sem razão, Grahmann (1997) já destacava sobre os Partidos Políticos:

Dentro do atual ambiente institucional democrático é permitido que venham a efetivamente propor políticas, sinalizar para os cidadãos os rumos da nação, zelar pela integridade dos poderes e, conseqüentemente, pela integridade, efetividade e eficácia das políticas públicas

Sendo assim, foi definido como problema desta pesquisa: **Em que medida os programas dos principais partidos políticos brasileiros, em 2015, manifestam o tema Defesa Nacional, sob o enfoque da expressão Militar?**

Considerar-se-á para efeito dessa pesquisa, que os principais partidos são aqueles devidamente registrados e constantes do no Tribunal Superior Eleitoral, no primeiro semestre de 2015.

Por conseguinte, apresentado o problema, entende-se necessário conhecer a hipótese e os objetivos desta pesquisa.

1.2 HIPÓTESE E OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Este estudo tem por hipótese, que a maior parte dos programas dos partidos políticos não manifestam o tema Defesa Nacional, sob o enfoque da expressão militar. Considera-se, neste caso, que se mais de 50% (cinquenta por cento) dos programas dos partidos não tratar o tema em questão, a hipótese poderá ser confirmada.

Por seu turno, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os programas dos principais partidos brasileiros, com vistas a verificar a existência do pensamento dessas instituições quanto ao tema Defesa Nacional, mais especificamente sob o enfoque da expressão militar.

Tem ainda, como objetivos específicos, verificar se:

1) Os partidos políticos brasileiros analisados possuem programas e eles estão disponibilizados ao público na internet?

2) Os programas dos partidos políticos brasileiros apresentam o pensamento dessas instituições quanto ao tema Defesa Nacional, sob o enfoque da expressão militar?

3) Os partidos políticos brasileiros consideram que os seus programas podem ser considerados como sendo contratos com o povo brasileiro?

Vistos os objetivos, entende-se que seja pertinente apresentar a delimitação deste estudo.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa foi delimitada aos programas dos 32 (trinta e dois) partidos políticos devidamente registrados no TSE, até o primeiro semestre de 2015.

O estudo além de limitado aos programas desses partidos, tem como delimitação o tema Defesa Nacional, sob o enfoque da expressão militar.

Considera-se, neste caso, que os programas, em primeira instância, sejam os documentos que contenham o conteúdo programático, o programa base: em suma a “bíblia” de cada partido.

Mas qual seria a relevância e o porquê de se estudar os programas dos partidos políticos em relação ao tema Defesa Nacional.

1.4 RELEVÂNCIA

Entende-se que esse estudo seja relevante à medida em que os partidos políticos, no exercício do poder, sejam por meio de seus representantes no Poder Legislativo ou no Poder Executivo, são peças importantes na condução dos destinos do país e, para o bem ou para o mal, interferem no equilíbrio do trinômio Defesa, Segurança e Desenvolvimento Nacionais.

Nesse sentido, entende-se que seja necessário verificar o quão relevante os partidos políticos consideram o tema Defesa Nacional em seus programas partidários, por meio do presente estudo como se segue.

1.5 PLANO DE APRESENTAÇÃO

O presente estudo divide-se em 5 (cinco) capítulos. Neste primeiro capítulo foram apresentadas a contextualização e definição do problema, a hipótese e os objetivos geral e específicos, a delimitação do estudo, a relevância e ora o plano de apresentação.

No segundo capítulo, denominado revisão da literatura, será apresentado o papel dos partidos políticos, os programas partidários, o tema Defesa Nacional, a Expressão Militar, bem como a teoria a ser utilizada no presente estudo.

Em seguida, no capítulo denominado, Metodologia, será dado conhecimento de como o estudo será desenvolvido.

No quarto capítulo serão apresentados os dados obtidos nos programas dos partidos e por meio da pesquisa realizada junto aos principais partidos políticos brasileiros, bem como a análise desses resultados.

Finalmente o quinto capítulo, servirá para discutir um pouco mais o assunto, assim como para apresentar as conclusões e sugestões para futuras investigações.

2 REVISÃO DA LITERATURA

No que diz respeito a este estudo, entende-se necessário conhecer um pouco mais sobre partidos políticos, programas partidários, Defesa Nacional, Expressão Militar e a teoria que dará sustentação a este estudo. O que será realizado, de forma sucinta, ao longo deste capítulo.

Assim, em que pese a existência de figurações das “classes sociais nas traduções da “Constituição de Atenas”, de Aristóteles, em “partidos”; de acordo com Franco (1974, p. 9), no que concerne aos partidos políticos, como conhecemos atualmente, suas origens não vão além do último quartel do século XVII.

No que tange especificamente aos partidos políticos, para Kelsen (2000, p. 39), a moderna democracia está inteiramente fundada nessas instituições, “cuja importância será tanto maior quanto maior for a aplicação encontrada pelo princípio democrático”. Instituições estas, que segundo o mesmo autor (2000, p. 39) exercem, há muito tempo na prática, o papel de “órgãos de formação da vontade do Estado”.

Sob essa ótica, o mesmo Franco (1974, p 122), mais conhecido como “Afonso Arinos”, corrobora Kelsen entendendo que a evolução dos partidos se confunde com a evolução da democracia e, a verdadeira cidadania só pode ser exercida, quando homens e mulheres se integram aos partidos políticos. Partidos, estes, tidos por esse autor como instrumentos insubstituíveis na realização das tarefas do Estado.

Na mesma linha de pensamento, Klingemann *et. al.* (1994, p. 5) defendem que os partidos políticos são os principais atores concorrentes para que o sistema possa conectar a cidadania e o processo governamental, para solução dos problemas da sociedade, bem como discorrem sobre a participação destes na política moderna:

A política moderna é a política partidária. Os partidos políticos são os principais atores no sistema que conecta a cidadania e o processo governamental. Partidos são classificados por meio das demandas

dos cidadãos, a maioria das quais foram articuladas por grupos de interesse e os meios de comunicação de massa. Os partidos transformam as demandas em questões, trabalhando alternativas políticas à luz dos princípios gerais de suas respectivas plataformas. Desta forma, os partidos políticos agregam demandas em pacotes de políticas vagas e coerentes - um processo que dá aos eleitores uma escolha nas eleições. Os partidos políticos formam governos e agem como oposição nas legislaturas. Eles podem ocupar os escalões superiores da burocracia. Assim, eles são cruciais para a tomada de decisões políticas e suas implementações. A partir desta perspectiva, os partidos devem escolher suas políticas. Eles têm que governar e têm que assumir a responsabilidade por suas decisões. Eles são os principais intervenientes nos sistemas democráticos representativos quando se trata da solução dos problemas da sociedade.²

Para a ESG (1997, pp. 75-76), os Partidos Políticos são os grupos de maior importância para a preservação e o desenvolvimento dos regimes democráticos, a despeito da desconfiança com que são vistos. São os intermediários do povo, por meio de seus eleitores, com o governo. Apoiando-o ou criticando-o, na tentativa de viabilizar as demandas captadas, frutos dos anseios e aspirações difusos no ambiente social, por meio de propostas e projetos.

De toda sorte, em nosso entendimento, os programas do partidos são as bússolas que possibilitam o conhecimento de como essas instituições pretendem buscar o atendimento dos Objetivos Nacionais³, principalmente os Objetivos Fundamentais⁴ e de Estado⁵, uma vez, que se considera que os

²Modern politics is party politics. Political parties are the major actors in the system that connects the citizenry and the governmental process. Parties sort through citizens' demand, most of which have been articulated by interest groups and the mass media. The parties turn the demands into political issues by working out policy alternatives in light of the general principles for which the respective parties stand. In this way political parties aggregate demands into loosely coherent policy packages - a process that gives voters a choice in elections. Political parties form governments and acts as opposition in legislatures. They may occupy the upper echelons of the bureaucracy. Thus, they are crucial to political decisionmaking and implementation. From this perspective, political parties must choose policies. They have to rule, and they have to take responsibility for their decisions. They are the major actors in representative democratic systems when it comes to solving societal problems.

³ Objetivos que representam a cristalização de interesse e aspirações que, em determinada fase de sua evolução histórica e cultural, toda a Nação busca alcançar (Brasil, 2007, p.174).

⁴São Objetivos Nacionais voltados para a sobrevivência e a identidade da Nação, representando necessidades, interesses e aspirações, que subsistem por longo tempo(Brasil, 2007, p.174).

⁵São Objetivos Nacionais intermediários, voltados para o atendimento de necessidades, interesses e aspirações, considerados de alta relevância para atingir, consolidar e manter os Objetivos Fundamentais (ESG, 2015, p.17)

Objetivos de Governo⁶, não obstante possam estar inseridos nesses documentos, estejam mais afetos ao conteúdo escrito dos programas eleitorais.

Segundo Klingemann et. al. (1994, pp. 21-22), citando os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, a Austrália, o Japão, o Canadá e o noroeste europeu, existem variações entre os países quanto a divulgação dos programas partidários, em sua maior parte, eleitorais, que ocorrem em forma de plataformas, manifestos, livros de bolsos, pronunciamentos, entrevistas e panfletos. Segundo esses autores, muitos desses partidos possuem um programa básico, que dificilmente é modificado, exceto em detalhes ao longo de um período de vinte ou trinta anos. No entanto, a posição única dos partidos fica prejudicada pela variedade e quantidade de documentos que são produzidos separadamente, mesmo que se repitam, em contraponto a existência do programa básico como bíblia dessas instituições.

De todo modo, sabe-se que no Brasil, de acordo com a Lei nº 9.096/95, somente os partidos políticos mediante registro de seus estatutos no TSE podem participar do processo eleitoral e assim dar a possibilidade de acesso de seus filiados, como mandatários de cargos eletivos nos Poderes Legislativo e Executivo, e assim legislar, bem como decidir os desígnios da nação brasileira. Por sua vez, de acordo, ainda, com o mesmo normativo, conforme disposto no inciso I, do Art. 9º, o registro do estatuto do partido junto ao TSE, deverá ser acompanhado, dentre outros documentos, do exemplar autenticado de seu programa partidário, inscritos no Registro Civil. Ou seja, o programa partidário é um dos documentos básicos exigidos para o registro do partido, junto ao TSE, e que possibilita sua participação, a despeito dos programas eleitorais.

São por meio destes programas, que em tese, os partidos agregam as demandas, captando eleitores em torno de diversas linhas de pensamento político. Dentre essas demandas, certamente, incluem-se ou deveriam ser

⁶Objetivos nacionais voltados para o atendimento de situações conjunturais de um ou mais períodos de governo, considerada a capacidade do Poder Nacional (Brasil, 2007, p.174)

incluídas as tarefas do Estado, dentre as quais a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

Sob esse escopo, segundo o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), a Política Nacional de Defesa (PND)⁷ dispõe que “o conjunto de medidas e ações do estado, com ênfase na expressão militar⁸, para a **defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais** (grifo nosso) contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”, é caracterizada como Defesa Nacional (Brasil, 2012, p. 24).

Por sua vez, sabe-se que dentre as diversas teorias utilizadas para o estudo dos partidos políticos, a *Theory of party competition* de Anthony Downs (1957), é a mais reconhecida das concepções clássicas de competição partidária em que todos os concorrentes tomam posições sobre o mesmo conjunto de questões, entre direita e esquerda, buscando o máximo de votos (Klingemann *et. al.*, 1994, pp. 22-23).

Em que pese esse reconhecimento, como uma espécie de homenagem, estes autores, no entanto, utilizam a *Saliency Theory* baseada na terminologia de David Robertson (1976), modificada, para solucionar, segundo eles, inconsistências da teoria de Downs, que não leva em conta, por exemplo, as ideologias, a história dos partidos, dentre outros aspectos.

Essa Teoria, segundo Dolezal *et. al.* (2014, pp. 57-58), uma das abordagens teóricas mais importantes para explicar a mecânica da competição partidária, tem origem nos trabalhos de Budge e Farlie (1983a, 1983b), que

⁷ Nota do autor: o termo Política Nacional de Defesa (PND) consta do Decreto Legislativo nº 373/2013, Seção I, de 26 set. 2013, do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), assim como ocorre em documentos do Ministério da Defesa (MD). Por sua vez, cabe ressaltar, por causar confusão, que o termo Política de Defesa Nacional (PDN), não mais utilizado, consta do Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, revogado tacitamente (embora conste do sítio da Presidência, como estando em vigor, em 05 de out. 2015) pelo Decreto Legislativo nº 373/2013, Seção I, de 26 set. 2013.

⁸ Nota do autor: interessante a ênfase dada a expressão militar, uma vez que certamente é reconhecida como recurso de dissuasão (sempre presente, mesmo quando não diretamente relacionada) e de utilização plena quando esse recurso falhar. No entanto, entende-se que a Defesa Nacional pode também ser exercida por meio das outras expressões (política, econômica, psicossocial e científica-tecnológica), seja através de posicionamentos políticos, embargos econômicos ou taxaço de importações, orgulho nacional e disrupções criativas, por exemplo.

construíram esse conceito em estudos anteriores de estratégias eleitorais dos partidos realizados por Robertson (1976) e Budge e Farlie (1977).

A *Saliency Theory* baseia-se na ênfase seletiva e previsível, com que os partidos enfatizam os temas percebidos como preferidos dos eleitores, colocando-se em linha com a maioria, bem como onde sua competência é reconhecida frente aos concorrentes (Dolezal et. al.,2014; pp. 58-60).

Nesse viés, entende-se que o estudo dos principais programas dos Partidos Brasileiros poderá ser analisado, quanto a ênfase dada ao tema Defesa Nacional, utilizando-se a abordagem da *Saliency Theory*.

Alfim, apresentados um pouco mais sobre os partidos políticos, os programas partidários, a Defesa Nacional, Expressão Militar e a teoria que dará sustentação a este estudo, entende-se como necessário conhecer como esse estudo será implementado. É o que será visto a seguir.

3 METODOLOGIA

A pesquisa a ser desenvolvida baseia-se em três formas de acesso aos dados.

A primeira forma terá por base a tabela disponibilizada no portal do TSE, ANEXO A, por meio da qual serão pesquisados pelas hiperligações os programas partidários de todos os 32 (trinta e dois) partidos registrados naquele Tribunal, nos endereços eletrônicos da rede mundial de computadores de cada um desses partidos.

A segunda forma terá por base pesquisa em buscador na rede mundial de computadores tendo como parâmetro os termos “programa” ou “programa partidário” em conjunto com a sigla de cada um dos 32 (trinta e dois) partidos.

Da leitura dos programas ou documentos similares disponibilizados por esses partidos, serão extraídos os textos que tenham alguma ligação com o tema Defesa Nacional, sob o enfoque da expressão militar.

Essas duas formas possibilitarão a verificação da hipótese levantada no primeiro capítulo, qual seja: de que a maior parte dos programas dos partidos políticos não manifestam o tema Defesa Nacional, sobre o enfoque da expressão militar.

Além disso, servirá para constatar o atingimento dos 2 (dois) primeiros objetivos específicos:

- 1) Os partidos políticos brasileiros analisados possuem programas e eles estão disponibilizados ao público na internet?
- 2) Os programas dos partidos políticos brasileiros apresentam o pensamento dessas instituições quanto ao tema Defesa Nacional, sob o enfoque da expressão militar?

De forma complementar para atender o terceiro objetivo específico será enviada, ainda, uma carta registrada (conforme modelo constante do ANEXO B) e com aviso de recebimento para cada um dos presidentes dos 32 (trinta e dois) partidos políticos, instando-os a responder ou a determinar que um

membro do partido responda um questionário eletrônico, conforme exemplo constante do ANEXO C.

Além disso, serão emitidas mensagens eletrônicas (e-mail) para os endereços eletrônicos de cada um dos 32 (trinta e dois) partidos políticos brasileiros, informando sobre a pesquisa e a forma de acesso ao questionário eletrônico, conforme exemplo constante do ANEXO D, bem como sobre o envio da carta com o reporte do número do registro de envio.

Ao final verificar-se-á se os resultados obtidos podem ser explicados a partir da *Saliency Theory* e se a hipótese levantada no início desta pesquisa será ou não confirmada.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS, CONSIDERAÇÕES E ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo, dividido em 5 (cinco) itens, serão apresentados e analisados os dados e os resultados obtidos, bem como algumas considerações.

4.1 EXTRATOS DO TEMA DEFESA NOS PROGRAMAS PARTIDÁRIOS

Da pesquisa realizada, com base na tabela disponibilizada no portal do TSE, ANEXO A, por meio das hiperligações e acesso aos programas partidários de todos os 32 (trinta e dois) partidos políticos registrados naquele Tribunal, bem como de pesquisas realizadas na obra “Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias” (Brasil, 2014) e em indicações contidas nessa obra, puderam ser extraídos ou não puderam ser encontradas referências ao tema Defesa Nacional, com ênfase na expressão militar, conforme o que consta nos subitens abaixo⁹.

4.1.1 Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

No que concerne ao programa partidário do PMDB (1996), o mais extenso entre os 32 (trinta e dois) programas partidários pesquisados (de acordo com a avaliação do autor), constatou-se várias referências que podem ser inferidas como sendo pertinentes ao tema Defesa Nacional, com ênfase na expressão militar, donde pôde ser extraído o seguinte:

PRINCÍPIOS BÁSICOS

[...]

3. O PMDB defenderá, intransigentemente, o interesse nacional, concebido como o interesse do povo brasileiro na preservação do território e da soberania nacional, no fortalecimento da autonomia cultural, da capacidade produtiva e comercial, e na defesa dos demais objetivos estratégicos do País.

[...]

NOVAS DIRETRIZES **PARA UM MUNDO EM MUDANÇA**

[...]

2 – O ESTADO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

2.2 – Estado e Monopólios

[...]

2.2.2 – Do Estado dependem todos os monopólios, inclusive o da propriedade privada, mas três são essenciais para uma nação realmente soberana e correspondem, grosso modo, às definições acima:

⁹A ordem de apresentação segue a cronologia de registro, conforme tabela disponibilizada no portal do TSE (www.tse.jus.br), ANEXO A. Acesso em 29 jul. 2015.

1) o monopólio sobre a defesa nacional;

[...]

4 – O BRASIL NO MUNDO

[...]

4.2 – A Questão Nacional e da Paz

4.2.1 – Na primeira metade do século XX, a política externa e de defesa do Brasil decorria de preocupações regionais na América do Sul. Depois da Segunda Guerra Mundial, prevaleceu o alinhamento com os Estados Unidos, num cenário bipolar consagrado pela Guerra Fria. Hoje, desarticulada a bipolaridade, o Brasil precisa repensar toda a sua política externa e de defesa, propondo-se novas hipóteses de cooperação e conflito. Neste novo cenário a multipolaridade é um fator a ser aproveitado.

4.2.2 – Muitos são os interesses no convívio internacional. O planeta Terra é finito e as Nações usam a ética da sobrevivência na captura dos recursos disponíveis, resultando daí um enfrentamento sempre difícil para os mais fracos. Nesse contexto, **“só o poder controla o poder”**, como nos disse Ulysses Guimarães. Existem grandes pressões sobre o Brasil em vários campos: **nuclear**, ecológico, tecnologia de ponta, informática, materiais sensíveis, reservas de matérias primas, **passando por veículos lançadores de satélites, sistemas de propulsão nuclear para submarinos** e a biodiversidade genética. Isso sem falar no contencioso econômico-financeiro, que tem ensejado ações verdadeiramente punitivas contra o nosso País.

[...]

4.2.3 – As pressões exercidas hoje sobre o Brasil não diferem, qualitativamente, das pressões já existentes no início dos anos 80. A participação do Brasil de maneira solidária, mas ao mesmo tempo competitiva, no cenário mundial, exige o fortalecimento da economia nacional, e uma postura de defesa dos interesses nacionais por parte do povo e do Governo. Essa postura exige não só o fortalecimento da democracia internamente mas também a transformação do Presidente da República num verdadeiro estadista internacional.

4.2.4 – Nesse contexto, os democratas reconhecem que as Forças Armadas são indispensáveis como instrumento de afirmação da independência e da integridade nacional e, portanto, fazem parte do projeto brasileiro de democracia e de desenvolvimento autônomo e sustentado. Em síntese, o PMDB considera que a defesa do Estado pressupõe a união de povo, governo e instituições nacionais. **Assim, os democratas esperam das Forças Armadas: identificação com os objetivos e valores da sociedade, credibilidade bélica, adequada formação profissional, capacidade operacional para atuar em todo o espaço nacional, e participação no esforço de desenvolvimento tecnológico. Condições institucionais e materiais devem ser a elas garantidas, inclusive recursos orçamentários nunca inferiores a 1% do PIB brasileiro.**

4.2.5 – A busca de um lugar condigno no mundo não significa que o Brasil tenta exercer uma influência acima de suas possibilidades. Mas não deve, pela subestimação de nossa capacidade de atuação ou pela superestimação do poder de outros países, apequenar-se na defesa dos grandes interesses nacionais, sobretudo quando os mesmos estiverem diretamente em jogo. Embora o PMDB não endosse posturas agressivas do Brasil no seu relacionamento externo, o Partido considera que seu objetivo estratégico deve contemplar o não-perder, isto é, garantir os espaços já ocupados e seus desdobramentos naturais no futuro. Nosso espaço de atuação prioritária será naturalmente a América e o Atlântico Sul, mas não poderemos nos furtar a uma atuação extra-regional quando forem suscitadas questões que nos afetem de forma vital (grifo nosso).

Nesse extrato pode ser verificado que o PMDB é o único partido que o programa define um percentual mínimo do orçamento para aplicação nas Forças Armadas. Além disso, postula o que se espera das Forças Armadas, bem como ressalta a necessidade de se ter poder para controlar o poder, utilizando uma frase de Ulysses Guimarães e, citando dentre vários campos, o nuclear, reconhecendo a necessidade de veículos lançadores de satélites e de sistemas de propulsão nuclear para submarinos.

4.1.2 Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

O programa do PTB (2005), por sua vez, é omissivo, de certa forma, quanto ao tema Defesa Nacional, com ênfase na expressão militar, e desconsidera o papel das Forças Armadas em relação ao tema. No entanto, pôde ser extraído o que se segue, com maior proximidade ou alguma ligação ao tema Defesa Nacional:

1. A autodeterminação dos povos, a não-intervenção e a não-ingerência em assuntos internos de outros países, e a solução pacífica dos conflitos definem a postura do PTB neste campo.
2. O PTB reconhece o estabelecimento de uma nova ordem mundial. E conclama o Brasil a usufruir de seus possíveis benefícios.
3. O PTB apoia todos os movimentos destinados a promover o desarmamento internacional e a eliminação dos arsenais nucleares.
- [...]
5. O PTB sublinha a necessidade de ocupação ordenada das regiões de fronteiras e o aporte de recursos necessários para controle aéreo, malha viária e comunicações em geral, como forma de proteger a integridade do território nacional e desenvolver estas áreas (grifo do nosso).

Note-se que o partido não é explícito em defender o uso da expressão militar, mas a ocupação ordenada das regiões de fronteira como forma de proteger a integridade do território nacional.

4.1.3 Partido Democrático Trabalhista (PDT)

No que diz respeito ao programa do PDT (2010), este se resume ao reconhecimento das Forças Armadas como instituição nacional permanente, sobre sua subordinação, princípios de organização e função. O programa ainda defende dentre outros aspectos a manutenção das relações com todos os

países baseado entre outros quesitos na autodeterminação, bem como a luta contra o rearmamento, como se segue:

2.13. Reconhecer as Forças Armadas como instituição nacional permanente, sob o comando supremo do Chefe do Poder Executivo, organizadas profissionalmente sobre os princípios da hierarquia e da disciplina, com a função de manter a integridade territorial do país e a soberania nacional, contribuindo para a emancipação econômica do Brasil.

[...]

6.1. Manter relações com todos os países com base nos princípios da autodeterminação, não intervenção, coexistência pacífica, cooperação econômica e não-alinhamento.

[...]

6.3. Lutas contra o rearmamento que propugne a redução de todos os arsenais de guerra e se oponha terminantemente ao uso de energia nuclear para fins bélicos

4.1.4 Partido dos Trabalhadores (PT)

No que tange ao PT, este não disponibiliza, de modo direto, em seu sítio eletrônico¹⁰, nenhum documento denominado programa ou documentos que possam ser identificados como tal, salvo o Manifesto aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980. No entanto, esse documento não faz qualquer menção ao tema Defesa Militar ou correlatos.

Por sua vez, pelo que tudo indica e conforme depreende-se da obra Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias (Brasil, 2014), este se encontra diluído no documento disponibilizado no sítio do Tribunal Superior Eleitoral, na pasta arquivos, em estatuto-do-partido-de-22-12-1995-resolucao-tse-no.1996” e na “Carta ao povo brasileiro”, disponibilizado no sítio eletrônico da Fundação Perseu Abramo. No que diz respeito aos documentos citados pela compilação do Senado Federal (Brasil, 2014), também não constam quaisquer menções ao tema Defesa Nacional, tampouco às Forças Armadas.

De todo modo, em pesquisa realizada por meio de página de busca, constatou-se o documento “Um Novo Ciclo de Mudanças - DILMA ROUSSEFF - PRESIDENTE - 2015/2018 - Diretrizes de Programa de Governo, aprovado no

¹⁰Disponível em: <www.pt.org.br>. Acesso em 29 jul. 2015.

14º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado nos dias 2 e 3 de maio de 2014” (PT, 2014), onde foi possível constatar as seguintes proposições programáticas que podem inferir e afetar de certo modo a Defesa Nacional, no campo da expressão militar:

O novo lugar que o Brasil passou a ocupar no mundo deveu-se essencialmente às transformações que governo e povo fomos capazes de realizar na última década. Essas transformações foram essenciais para que a política externa de Lula e Dilma reatasse laços com a melhores tradições da diplomacia brasileira: a afirmação da soberania e do interesse nacionais, o respeito à autodeterminação dos povos e dos direitos humanos, a luta pela paz e pelo desarmamento, a defesa do multilateralismo e de um mundo multipolar, o combate por uma ordem econômica, social e política global justa e equilibrada.

[...]

Neste quadro, é importante o desenvolvimento da estratégia nacional de defesa, que além de garantir a modernização dos equipamentos das Forças Armadas, promove a transferência de tecnologias sensíveis para a nossa indústria nacional. O desenvolvimento do nosso conhecimento nos setores espacial, cibernético e nuclear é fundamental para a afirmação da soberania nacional.

4.1.5 Democratas (DEM)

Em relação ao DEM, este não apresenta diretamente o seu programa no seu endereço eletrônico¹¹. No entanto, pelo que tudo indica, e conforme depreende-se da obra Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias (Brasil, 2014), este se encontra diluído no que consta como Ideário e Diretrizes. Sendo assim, pode ser verificado os seguintes textos no tópico Diretrizes relacionados a Defesa Nacional ou correlatos:

18. Postular a modernização permanente das Forças Armadas, como requisito indispensável à defesa da soberania nacional e das instituições democráticas.

19. Propor uma política externa, fundada no princípio da igualdade soberana dos Estados e no respeito à autodeterminação dos povos e a não ingerência nos assuntos internos dos outros países orientada em favor da paz mundial, do desarmamento, de uma divisão mais justa do poder político e econômico mundial e de um maior acesso dos países em desenvolvimento aos frutos do progresso material e voltada para o estabelecimento de relações com todas as nações que desejem cooperar com o Brasil, à base do respeito mútuo.

Como se verifica o Democratas postula a modernização permanente das Forças Armadas e uma política externa propondo o desarmamento.

¹¹Disponível em: <www.dem.org.br>. Acesso em 29 jul. 2015.

4.1.6 Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

No que se relaciona ao programa do PCdoB (2009), este faz uma pequena e única referência ao fortalecimento das Forças Armadas, como se segue:

41) [...] Fortalecer as Forças Armadas enquanto instituições comprometidas com a ordem democrática e indispensáveis para defender a soberania nacional...

4.1.7 Partido Socialista Brasileiro (PSB)

O PSB, por seu turno, não disponibiliza, de modo direto, em seu sítio eletrônico, nenhum documento denominado programa, fazendo-o por meio de um documento denominado Manifesto que se encontra em PSB (2011). No entanto, no documento disponibilizado não foi possível constatar qualquer menção ao tema Defesa Nacional ou correlato.

4.1.8 Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

No que se refere ao programa do PSDB (1988, 2007), este apresenta em seu portal eletrônico um programa de 1988 e uma atualização de 2007.

Nos documentos disponibilizados não foi possível constatar qualquer menção ao tema Defesa Nacional ou correlato.

4.1.9 Partido Trabalhista Cristão (PTC)

O PTC, por sua vez, não disponibiliza seu programa em seu sítio eletrônico¹², tampouco consta da obra Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias (Brasil, 2014). No documento em comento, consta o Estatuto do Partido, no qual não foi possível constatar qualquer menção ao tema Defesa Nacional ou correlato.

4.1.10 Partido Social Cristão (PSC)

No que diz respeito ao PSC, este não disponibiliza seu programa em seu sítio eletrônico¹³, tampouco consta da obra Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias (Brasil, 2014). No documento em comento,

¹²Disponível em: <<http://www.ptc36nacional.com.br/>>. Acesso em 29 jul. 2015.

¹³Disponível em: <<http://www.psc.org.br/>>. Acesso em 29 jul. 2015.

consta um texto baseado no Estatuto do Partido, em parte do histórico dessa instituição partidária e menção ao que consta do Diário Oficial da União¹⁴, no qual não foi possível constatar qualquer menção ao tema Defesa Nacional ou correlato.

4.1.11 Partido da Mobilização Nacional (PMN)

O PMN, também, não disponibiliza seu programa em seu portal eletrônico¹⁵, tampouco consta da obra “Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias” (Brasil, 2014). Nesse documento, consta um “manifesto programa”, que pode ser encontrado no endereço eletrônico do Tribunal da Justiça Eleitoral, que trata do estatuto do partido de 1995 (resolução do TSE de 1996). Não foi encontrada qualquer menção ao tema Defesa Nacional ou correlato.

4.1.12 Partido Republicano Progressista (PRP)

Com relação ao PRP, este não disponibiliza, de modo direto, nenhum documento denominado programa em seu sítio eletrônico¹⁶ (). A obra Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias (Brasil, 2014) remete suas fontes para as seções Estatuto e História, do portal desse partido. No entanto, nos documentos disponibilizados nessas seções não foi possível constatar qualquer menção ao tema Defesa Nacional ou correlato.

4.1.13 Partido Popular Socialista (PPS)

No que se refere ao PPS, este partido não disponibiliza seu programa em seu sítio eletrônico¹⁷, tampouco consta da obra “Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias”(Brasil, 2014). No último documento em comento, consta o Estatuto do Partido, no qual não foi possível constatar qualquer menção ao tema Defesa Nacional ou correlato.

¹⁴Diário Oficial da União (DOU), de 15/5/1985, pág. 7305, seção I.

¹⁵Disponível em: <<http://pmn.org.br/>>. Acesso em 29 jul. 2015.

¹⁶Disponível em: <<http://prp.org.br/>>. Acesso em 29 jul. 2015.

¹⁷Disponível em: <<http://portal.pps.org.br/>>. Acesso em 29 jul. 2015.

4.1.14 Partido Verde (PV)

No que diz respeito ao programa partidário do PV (2005), este apresenta um tópico específico sobre Defesa Nacional. Cabe salientar que foi o único partido a dedicar um tópico exclusivo para o tema com o nome específico “Defesa Nacional”. Cabe ainda reportar, sem entrar no mérito de uma análise de aceitabilidade, adequabilidade e viabilidade, que o PV apresenta de forma clara e direta suas propostas, considerando a incorporação à doutrina e rotina militar a missão de proteção do meio ambiente, conforme extrato a seguir:

9 – Defesa Nacional

1. A política verde para a Defesa Nacional objetiva a modernização das Forças Armadas e a incorporação à doutrina e rotina militar da missão de proteção do meio ambiente, particularmente dos grandes ecossistemas brasileiros. A capacidade operacional das Forças Armadas e seu nível tecnológico devem ser preservados para poder fazer frente a qualquer contingência. Embora não se perfilhem como prováveis conflitos com países vizinhos nem distantes tais hipóteses nunca podem ser totalmente descartadas. Outra missão emergente é um controle mais efetivo sobre as fronteiras e, particularmente, sobre o fluxo de armamento de guerra cujo monopólio nas mãos das Forças Armadas é uma das condições fundamentais para o estado de direito. Também é lícita a intervenção militar para impedir que áreas do território nacional passem ao controle de bandos com armamento de guerra. Essa intervenção – sempre por convocação do poder civil – deve se limitar a um papel de apoio, bem coordenado com as instituições policiais e controlado pela justiça.

São propostas do PV para a defesa nacional:

- a) o fim do serviço militar obrigatório, com a criação da prestação de serviço na área civil, e a profissionalização do contingente;
- b) a consolidação de uma nova doutrina de Defesa Nacional incorporando o conceito de defesa do meio ambiente e dos ecossistemas brasileiros;
- c) o direito ao voto dos soldados e marinheiros;
- d) adequação do padrão salarial dos militares em níveis compatíveis com suas responsabilidades e sacrifícios;
- e) os grandes projetos de defesa das fronteiras e de proteção do território e do espaço aéreo, principalmente na região Amazônica, deverão ser compatíveis, assegurar uma independência tecnológica e compatibilizar a defesa da fronteira norte com a preservação da floresta e das nações indígenas da região.

Do exposto, pode ser verificado que o PV, além de propor uma nova doutrina de Defesa Nacional incorporando o conceito de defesa do meio ambiente e dos ecossistemas brasileiros, preconiza o fim doo serviço militar obrigatório, o direito ao voto dos soldados e marinheiros, bem como a adequação do padrão salarial dos militares e grandes projetos de defesa das fronteiras e de proteção do território e do espaço aéreo (embora não os defina).

4.1.15 Partido Trabalhista do Brasil (PTB)

O PTB não disponibiliza seu programa em seu sítio eletrônico¹⁸. A obra “Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias”(Brasil, 2014) remete ao Estatuto do Partido, no qual não foi possível constatar qualquer menção ao tema Defesa Nacional ou correlato.

4.1.16 Partido Progressista (PP)

No que concerne ao PP, este apresenta em seu portal¹⁹ uma página denominada programa com um texto resumido (PP, 2012). Nesta página não foram encontradas quaisquer menções ao tema Defesa Nacional, bem como as Forças Armadas.

Destarte, a obra “Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias”(Brasil, 2014) disponibiliza o programa do partido, que pode ser encontrado na referência informada e constante do portal *webadvisor*, no tópico denominado “II – Diretrizes Organizacionais e Administrativas para o Estado”, do qual foi possível realizar o seguinte extrato, afeto a instituição Forças Armadas:

16. reconhecimento de que as Forças Armadas são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, para o cabal cumprimento da missão de defenderem a soberania nacional e garantirem as instituições democráticas;

4.1.17 Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)

No tocante ao programa que o PSTU disponibiliza em seu portal (PSTU,1995), este não trata do tema Defesa Nacional, bem como se quer faz referências às Forças Armadas.

4.1.18 Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Com relação ao PCB, este Partido Político não disponibiliza seu programa em seu portal eletrônico²⁰. A obra “Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias”(Brasil, 2014) remete ao Estatuto e a um

¹⁸Disponível em: <<http://www.ptb.org.br/>>. Acesso em 29 jul. 2015.

¹⁹Disponível em: <<http://www.pp.org.br/>>. Acesso em 29 jul. 2015.

²⁰Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal2/>>. Acesso em 29 jul. 2015.

documento denominado estratégia do Partido, no qual não foi possível constatar qualquer menção ao tema Defesa Nacional ou correlato.

4.1.19 Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)

Em relação ao PRTB, o programa disponibilizado por esse partido em seu portal²¹ não trata do tema Defesa Nacional, bem como não apresenta proposições para às Forças Armadas (PRTB, 2013).

4.1.20 Partido Humanista da Solidariedade (PHS)

No tocante ao programa partidário do PHS, este não é apresentado no portal do partido²². Por meio da obra “Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias”(Brasil, 2014), encontra-se, além de parte do estatuto e do programa, a remissão da fonte onde pode ser encontrado (sítio do TSE e Diário Oficial da União). De todo modo, como se pode verificar no extrato abaixo, este não apresenta propostas específicas para o tema Defesa Nacional, conquanto defenda o serviço militar optativo e a redução progressiva dos armamentos bélicos, que certamente podem afetar o assunto em questão.

O Partido efetiva o princípio de opção como expressão política concreta da liberdade; multiplicidade de modelos de cogestão dentro de um sistema cooperativo geral; cogestão estudantil exercida através de centros únicos de estudantes com diversidade de listas e linhas; **serviço militar optativo** (ênfase em negrito dada pelo autor); divórcio vincular; igualdade de pregação para os distintos credos religiosos e para o ateísmo.

[...]

Liquidação da pobreza, eliminando o desemprego e a exploração através do sistema cooperativo, educação gratuita em todos os níveis, medicina social, **redução progressiva dos armamentos bélicos** e militância solidária internacional com países que lutam por sua libertação, são claras prioridades do Partido. (grifo nosso)

4.1.21 Partido Social Democrata Cristão (PSDC)

No que se refere ao programa do PSDC (1997), este se limita a reconhecer um papel mínimo das Forças Armadas, não apresentando quaisquer proposta para o tema defesa nacional, conforme se pode verificar no extrato que foi retirado desse documento:

²¹Disponível em: <<http://prtbr.org.br/>>. Acesso em 29 jul. 2015.

²²Disponível em: <<http://phs.org.br/>>. Acesso em 29 jul. 2015.

Reconhecer as Forças Armadas, como instituição permanente, destinada a garantir a soberania nacional, nos termos e limites constitucionais.

4.1.22 Partido da Causa Operária (PCO)

No que diz respeito ao programa partidário do PCO, este não é disponibilizado diretamente, mas pode ser encontrado por meio de pesquisa em buscadores da rede mundial de computadores ou por meio da obra “Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias”(Brasil, 2014), que remete a um link²³do próprio portal do partido não existente na página principal²⁴. Na obra em comento encontra-se, além de parte do estatuto e do programa, a remissão da fonte onde pode ser encontrado (sítio do TSE e Diário Oficial da União). Feitas as considerações julgadas necessárias, como se pode verificar no extrato abaixo, este não apresenta propostas específicas para o tema Defesa Nacional. Embora, reconheça-se que algumas das ideias apresentadas e defendidas pelo partido, senão todas, possam ter grande influência no tema em estudo.

15. **Serviço militar de três meses para todos.** (ênfase em negrito dada pelo autor) Salário para os soldados equivalentes ao civil. **Vigência de todos os direitos sindicais e políticos para os soldados e suboficiais. Substituição do sistema de exército permanente por um sistema de participação universal da população.** (ênfase em negrito dada pelo autor) Dissolução dos aparatos repressivos. **Redução do orçamento militar** (ênfase em negrito dada pelo autor) e aumento do orçamento para a saúde e educação.

4.1.23 Partido Trabalhista Nacional (PTN)

O PTN, por sua vez, não apresenta em seu programa, encontrado na obra “Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias”(Brasil, 2014), nenhuma proposta relacionada ao tema Defesa Nacional, tampouco em relação as Forças Armadas, que poderiam indicar alguma influência sobre o tema. Ademais, em sua página da rede mundial de computadores²⁵ adianta que está produzindo um novo programa, como pode ser constatado no extrato inserido a seguir:

O PTN tem a preocupação de modernizar suas diretrizes partidárias

²³Disponível em: <<http://www.pco.org.br/pco/programa.htm>>. Acesso em 29 jul. 2015.

²⁴Disponível em: <<http://pco.org.br/>>. Acesso em 29 jul. 2015

²⁵Disponível em: <<http://www.ptn.org.br/2013/outros.asp?x=2/>>. Acesso em 29 jul. 2015

para melhor atender as necessidades do povo brasileiro.
Para isso, nosso novo programa está sendo desenvolvido por um corpo de profissionais e intelectuais de diversas áreas por meio da Fundação Trabalhista Nacional.

4.1.24 Partido Social Liberal (PSL)

No que tange ao programa partidário do PSL (PSL, 2011;Brasil, 2014), este faz uma pequena consideração sobre pensar a soberania e defende uma missão complementar para as Forças Armadas, que não está relacionada ao tema Defesa Nacional. Qual seja, entende-se, que o programa em questão não apresenta qualquer proposta relacionada com o tema em estudo. Os extratos abaixo apresentam as únicas considerações encontradas mais próximas ao tema ou a assuntos que guardam pertinência com o estudo em questão.

No mundo atual em que vemos, cada vez mais, a intervenção militar de países mais poderosos e a subserviência ao invés da soberania, temos que pensar muito sobre o Brasil. O mundo tem se caracterizado pela sua interdependência dos problemas e interesses.

VII – AS FORÇAS ARMADAS

Definido na Constituição Federal o papel das Forças Armadas, tem ela ainda mais a fazer conforme nossa ótica, desde que o Estado lhes forneça os meios.

Defendemos a profissionalização do jovem com apoio do empresariado, durante o período da prestação do serviço militar. Esse será um passo muito importante na preparação desses jovens para o mercado de trabalho. Imaginem o jovem disciplinado e capacitado profissionalmente. Teremos cidadãos preparados para a vida.

4.1.25 Partido Republicano Brasileiro (PRB)

Com relação ao programa do PRB (2005), este não apresenta propostas diretamente relacionadas ao tema Defesa Nacional. Apresenta a defesa de uma ideia geral, bastante resumida e vaga, sobre a remuneração dos militares, sobre a disponibilização de equipamentos adequados e sobre um orçamento estável que inclua recursos para aplicação em ciência e tecnologia, que favoreçam a indústria civil, conforme pode ser constatado abaixo:

Da Defesa

Às Forças Armadas devem ser garantidos os meios para cumprir o seu papel de defensora da Nação com digna remuneração de seus servidores e de adequado equipamento. O PRB defende um orçamento estável de Defesa que inclua suficiente provisão para a pesquisa e para o desenvolvimento científico e tecnológico cujas conquistas possam ser revertidas em favor da indústria civil.

4.1.26 Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

No que diz respeito ao programa do PSOL (2005), este não apresenta propostas diretamente relacionadas ao tema Defesa Nacional. No entanto,

entende-se que as proposições de livre organização política das tropas e a proposição de eleições para escolha dos Comandantes, como se pode verificar no texto abaixo, extraído do programa do PSOL, possam afetar indiretamente o tema Defesa Nacional.

12) Contra a insegurança e pelo direito a vida.
[...]É fundamental a democratização das forças policiais e em particular do Exército, com o direito a livre organização política das tropas, com direito das tropas elegerem seus próprios comandantes; com direito de promoção, sem limites para a baixa oficialidade...

4.1.27 Partido da República (PR)

No que se refere ao programa do PR, este partido não apresenta o seu programa em seu portal²⁶. Na obra “Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias” (Brasil, 2014), que remete ao link <http://www.partidodarepublica.org.br/partido/doutrina.html>, conforme se pode constatar do texto extraído e inserido abaixo e com maior proximidade ao tema Defesa Nacional, com ênfase na expressão militar, o PR não apresenta propostas relacionadas ao objeto de estudo.

Forças Armadas - Subordinadas ao poder civil, as Forças Armadas têm no Presidente da República, Chefe do Estado democrático, o seu comandante-em-chefe. Devem ser permanentemente adestradas e modernizadas, em seu equipamento e em sua organização, para que cumpram o seu papel de garantia da soberania nacional e das instituições. Os salários dos militares devem levar em conta as suas altas responsabilidades, a vida árdua a que são submetidos, com viagens constantes e transferências do servidor e de sua família. O direito de votar e ser votado deve ser assegurado aos militares, em qualquer nível, como a todos os cidadãos. (negrito do autor)

4.1.28 Partido Social Democrático (PSD)

O PSD não disponibiliza seu programa em seu portal eletrônico da rede mundial de computadores²⁷. No programa encontrado por meio da obra “Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias”(Brasil, 2014), não foram encontradas referências ao tema Defesa Nacional, com ênfase na expressão militar, tampouco proposições relacionadas as Forças Armadas com aplicação ao objeto de estudo.

²⁶Disponível em: <www.partidodarepublica.org.br>. Acesso em 29 jul. 2015.

²⁷Disponível em: <<http://psd.org.br/>>. Acesso em 29 jul. 2015.

4.1.29 Partido Pátria Livre (PPL)

Em relação ao programa partidário disponibilizado no portal do PPL (2011) e o que consta na obra “Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias”(Brasil, 2014), foram encontradas, nos respectivos extratos disponibilizados abaixo, a defesa do desenvolvimento da engenharia nuclear, engenharia aeroespacial, materiais estratégicos e a indústria da defesa, assim como uma “análise” resumida da situação da indústria de defesa. Sob esse escopo, entende-se que o programa partidário não apresenta propostas diretas e concretas para o tema Defesa Nacional, com ênfase na expressão militar, embora não se possa negar que a defesa de matérias relacionadas ao desenvolvimento de áreas adstritas a materiais estratégicos e a indústria de defesa, que indubitavelmente afetará a Defesa Nacional.

5. Desenvolver a ciência, a engenharia nacional e os setores de tecnologia de ponta vitais para a nossa independência – especialmente a microeletrônica, informática, telecomunicações, engenharia genética, energia nuclear, engenharia aeroespacial, materiais estratégicos e a indústria da defesa. Retomar o projeto de reativação da Telebrás para a universalização da banda larga.

No final da década de 80, mais de 90% dos meios que mobiliavam o Exército eram fabricados em território nacional - o país era o 8º exportador mundial de material bélico. Hoje o Brasil está praticamente desprovido de indústria da defesa. Esta, por motivos óbvios, nem a peso de ouro o capital externo vai “desenvolver” para nós. Nenhum dos membros do G-7 renunciou a ter a sua. Collor e FHC cumpriram as determinações de Washington para desativar a nossa. **O Plano Estratégico de Defesa Nacional assinado pelo presidente Lula em dezembro de 2008 é uma resposta ao desafio de reerguê-la, que se tornará mais efetiva na medida em que sejam definidos os prazos para sua execução.**

Quem tem a Amazônia e o pré-sal não pode dormir de touca. **Os equipamentos de defesa empregam tecnologias modernas e materiais caros que entram em obsolescência com rapidez. A opção de importá-los conduz invariavelmente a um sistema de defesa debilitado, gera gastos desnecessários, rouba da comunidade científica e das empresas nacionais excelentes oportunidades de desenvolvimento. (grifo nosso)**

4.1.30 Partido Ecológico Nacional (PEN)

O programa do PEN não se encontra disponibilizado de forma simples e intuitiva em seu portal eletrônico na rede mundial de computadores²⁸. Só foi possível encontrá-lo na obra “Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias”(Brasil, 2014). No entanto, ao buscar o texto referente ao

²⁸Disponível em: <<http://pen51.org.br/>>. Acesso em 29 jul. 2015.

programa do partido na fonte referenciada pela obra em comento, este não foi encontrado. De todo modo, esse texto referente ao programa do PEN, disponibilizado nesse estudo do Senado Federal, não trata do tema Defesa Nacional, com ênfase na expressão militar, bem como com as Forças Armadas, que poderiam guardar alguma relação com o objeto de estudo.

4.1.31 Partido Republicano da Ordem Social (PROS)

O programa do PROS não se encontra disponibilizado em seu portal eletrônico²⁹. O programa disponibilizado pelo partido quando de seu registro no TSE, bem como o que se encontra disponibilizado no link “Bandeiras” do portal do partido (PROS, 2013), não trata do tema Defesa Nacional, com ênfase na expressão militar, tampouco apresenta quaisquer proposições relacionadas as Forças Armadas com aplicação ao objeto de estudo.

4.1.32 Solidariedade (SDD)

O programa do SDD não se encontra disponibilizado em seu portal eletrônico³⁰. O programa disponibilizado pelo partido publicado no DOU, de 29 de outubro de 2012 (pág. 228, Seção 3), bem como no link “Nossas Bandeiras disponibilizado no portal do partido (SDD, 2015), não trata do tema Defesa Nacional, com ênfase na expressão militar, assim como das Forças Armadas.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS EXTRAÍDOS DOS PROGRAMAS PARTIDÁRIOS

Considera-se que os dois primeiros objetivos específicos poderão ser respondidos pela análise dos dados obtidos por meio dos dados selecionados nos 32 (trinta e dois) programas partidários estudados.

Quanto ao terceiro objetivo específico, acredita-se que poderá ser respondido por meio do próximo item, que trata da análise dos questionários eletrônicos disponibilizados na rede mundial de computadores para que fossem respondidos pelos 32 (trinta e dois) partidos políticos.

²⁹Disponível em: <<http://www.pros.org.br/>>. Acesso em 29 jul. 2015.

³⁰Disponível em: <<http://www.solidariedade.org.br/>>. Acesso em 29 jul. 2015.

4.2.1 Solução do Primeiro Objetivo Específico

No que diz respeito ao primeiro objetivo específico, qual seja: se os partidos políticos brasileiros analisados possuem programas e eles estão disponibilizados ao público na internet, foi possível encontrar todos os programas partidários dos 32 (trinta e dois) partidos políticos, se considerarmos como tais, as diretrizes (DEM e PCB) e uma variação da nomenclatura (Propostas partidárias: PSL). No entanto, constatou-se que 17 (dezessete) partidos políticos não disponibilizam seus programas partidários em seus próprios portais eletrônicos (54% dos partidos), na rede mundial de computadores, a saber: Partido dos Trabalhadores (PT), Democratas (DEM), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Trabalhista Cristão (PTC), Partido Social Cristão (PSC), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Partido Social Liberal (PSL), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Social Democrático (PSD), Partido Ecológico Nacional (PEN), Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e Solidariedade (SDD).

Sendo assim, foi verificado e em resposta ao primeiro objetivo específico, que 100% dos programas partidários podem ser encontrados por meio de pesquisas na internet. Contudo, apenas 47% dos partidos políticos brasileiros (15 partidos) disponibilizaram seus programas partidários em seus portais eletrônicos e, mesmo assim, nem sempre de forma simples e intuitiva. Dessa forma, entende-se que apesar de disponibilizados, muitos não o foram pelos próprios partidos e sim no sítio do Tribunal Superior Eleitoral quando do registro de seus estatutos ou mesmo em Diários Oficiais da União, obtidos de forma facilitada por meio do conhecimento e consulta das fontes referenciadas na obra “Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias”(Brasil, 2014). Nesse sentido e pelas razões apontadas, entende-se que o segundo percentual (47%) é aquele que melhor atende a solução do primeiro objetivo específico.

Disponibilizaram seus programas partidários em seus portais eletrônicos³¹: o Partido do Movimento Brasileiro Democrático (PMDB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido Verde (PV), o Partido Progressista (PP), o Partido Socialista do Trabalhadores Unificados (PSTU), o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), o Partido Social Democrata Cristão (PSDC), o Partido da Causa Operária (PCO), o Partido Republicano Brasileiro (PRB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido da República (PR) e o Partido Pátria Livre (PPL).

4.2.2 Solução do Segundo Objetivo Específico

Por sua vez, no que concerne ao intuito de responder ao segundo objetivo específico, qual seja: se os programas dos partidos políticos brasileiros apresentam o pensamento dessas instituições quanto ao tema Defesa Nacional, sob o enfoque da expressão militar, foi verificado que 18 (dezoito) partidos não disponibilizam em seus programas nos endereços eletrônicos, na internet, quaisquer referências ao tema Defesa Nacional, com ênfase à expressão militar, ou mesmo no que concerne às Forças Armadas, a saber: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Trabalhista Cristão (PTC), Partido Social Cristão (PSC), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Trabalhista do Brasil (PTB), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Social Democrático (PSD), Partido Ecológico Nacional (PEN), Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e Solidariedade (SDD).

Sendo assim, foi verificado que 44 % dos partidos políticos brasileiros (14 partidos), mesmo que em alguns casos de forma bastante superficial, abordaram o tema Defesa Nacional, com ênfase na expressão militar.

³¹Não estão sendo analisados e considerados a qualidade do programa e o grau de facilidade de acesso no portal.

Considerando-se que nesse caso, as referências feitas as Forças Armadas também tinham ligação com o tema em estudo, respondendo ao segundo objetivo específico.

Dentre os partidos políticos brasileiros que abordaram o tema Defesa Nacional em seus programas partidários, mesmo que o tenha feito de forma superficial ou indireta, podem ser citados: o Partido do Movimento Brasileiro Democrático (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Democratas (DEM), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Verde (PV), o Partido Progressista (PP), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), o Partido Social Democrata Cristão (PSDC), o Partido da Causa Operária (PCO), o Partido Social Liberal (PSL), o Partido Republicano Brasileiro (PRB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido da República (PR) e o Partido Pátria Livre (PPL).

4.3 RESULTADOS OBTIDOS POR MEIO DE QUESTIONÁRIOS ELETRÔNICOS

Apesar do envio de cartas registradas com aviso de recebimento, portanto com a confirmação de seu recebimento por parte do destinatário, contendo cópias impressas e de mensagens enviadas para os endereços eletrônicos constantes do portal do Tribunal Superior Eleitoral, concitando os 32 (trinta e dois) partidos registrados a responderem os questionários eletrônicos disponibilizados na rede mundial de computadores, conforme detalhado no Capítulo Metodologia, apenas o Partido Democrático Trabalhista (PDT) atendeu ao que foi solicitado, dentre os 30 (trinta) partidos que confirmaram o recebimento do documento enviado.

4.3.1 Solução do Terceiro objetivo específico

Os partidos políticos brasileiros consideram que os seus programas podem ser considerados como sendo contratos com o povo brasileiro?

Das respostas recebidas do PDT, resumidamente, **de acordo com o respondente designado**, o partido³²:

a) possui um programa que define a identidade do mesmo junto aos seus afiliados e eleitores e pode ser considerado um contrato com o povo brasileiro;

b) considera que seu programa está atualizado, apresenta o pensamento do partido quanto ao tema Defesa Nacional e encontra-se disponibilizado na rede mundial de computadores;

c) considera a área da Defesa Nacional e a expressão militar quanto a esse tema extremamente importantes;

d) considera que a Defesa Nacional do Brasil, além da expressão militar, pode ser realizada por meio das Expressões Econômica e Ciência e Tecnologia;

e) não considera que a Defesa Nacional do Brasil possa ser realizada por meio da Expressão Psicossocial;

f) apresenta em seu programa as expressões Militar e Ciência e Tecnologia, no que diz respeito ao tema Defesa Nacional;

g) expressa que o pensamento da instituição partidária, quanto ao tema Defesa Nacional, é tratado no item 12.3 de seu programa, nos seguintes termos: “Reconhecer as Forças Armadas como instituição nacional permanente, sob o comando supremo do Chefe do Poder Executivo, organizadas profissionalmente sobre os princípios da hierarquia e da disciplina, com a função de manter a integridade territorial do país e a soberania nacional, contribuindo para a emancipação econômica do Brasil.”;

h) entende que a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), devem ser discutidas (rediscutidas) na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e submetida à aprovação do Congresso Nacional³³;

³²A ordem das respostas segue o padrão estabelecido pelo autor, por meio de questionário eletrônico, que teve por intuito a obtenção de conhecimentos qualitativos e quantitativos, em relação aos programas partidários.

³³O PND e a END foram aprovados inicialmente por meio dos Decretos do Executivo nº 5.484, de 30 de junho de 2005 e nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Posteriormente, foram atualizados e submetidos a análise da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

i) defende gastos em investimentos na área de defesa, entre 4% e 5% do PIB Nacional, embora ainda não conste de seu programa;

j) possui membro(s) que frequentou(ram) curso sobre Política e Estratégia na ESG;

k) considera a participação de algum membro de sua direção em algum curso da Escola Superior de Guerra (ESG) como, por exemplo, o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE); e

l) considera que o preenchimento dessa pesquisa concorreu para uma análise sobre a necessidade de alteração do programa de seu partido.

Cabe salientar, que o Partido da Causa Operária (PCO), conforme carimbo dos Correios recusou o recebimento do envelope que continha a carta registrada com aviso de recebimento, que concitava o partido a responder o questionário eletrônico disponibilizado na rede mundial de computadores, no dia 02 de junho de 2015.

Por sua vez, o envelope enviado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) foi devolvido pelos Correios, no dia 02 de junho de 2015, com a indicação “Mudou-se”, embora o endereço do destinatário tenha sido o informado na página do TSE e no portal do próprio partido na rede mundial de computadores. O endereço do destinatário permanecia o mesmo e ainda inalterado nos portais eletrônicos do TSE e do PSOL, no dia 30 de julho de 2015.

Ressalte-se que, independente do recebimento das cartas registradas, todos os partidos, inclusive o PCO e o PSOL, foram concitados a responder o questionário que embasava parte dessa pesquisa por meio de mensagem eletrônica (e-mail), consoantes os endereços eletrônicos informados no portal do Tribunal Superior Eleitoral.

(CCAI), e esses decretos foram revogados (embora ainda conste do sítio de legislações da Presidência) tacitamente por meio do Decreto Legislativo nº 373/2013, publicado no DOU nº 187, Seção I, de 26 set. 2015, aprovado com base no Parecer nº 51, de 2012-CN.

Sendo assim, parte desse estudo ficou prejudicado pelo não atendimento do que foi solicitado aos partidos políticos, uma vez que 31 (trinta e um) deles não preencheram e tampouco registraram o formulário de pesquisa.

Com isso, não permitiram que se conhecesse um pouco mais do pensamento dos mesmos quanto ao tema Defesa Nacional, bem como se chegasse ao resultado do terceiro objetivo específico dessa pesquisa. Qual seja, conhecer se os partidos políticos consideram os seus programas como sendo contratos com o povo brasileiro.

Portanto, com base no que foi pesquisado e de acordo com a resposta do representante do partido, só se pode afirmar que o Partido Democrático Trabalhista (PDT), único respondente, considera o seu programa como sendo um contrato com o povo brasileiro.

4.4 VERIFICAÇÃO DA HIPÓTESE

Conforme disposto no Capítulo I, no item 1.2 Hipótese e Objetivos Geral e Específicos, foi apresentada a hipótese de que a maior parte dos programas dos partidos políticos não manifestariam o tema Defesa Nacional, sob o enfoque da expressão militar. Considerou-se, para este caso, que se fosse verificado que mais de 50% (cinquenta por cento) dos programas dos partidos não tratassem o tema em questão, a hipótese estaria confirmada.

Dentro desse escopo, tendo cumprido o objetivo geral de analisar os programas dos principais partidos brasileiros, com vistas a verificar a existência do pensamento dessas instituições quanto ao tema Defesa Nacional, mais especificamente sob o enfoque da expressão militar, e tendo respondido aos dois primeiros objetivos específicos (principalmente ao que consta do segundo objetivo específico), constatou-se que 56% dos programas dos partidos políticos, conforme se depreende dos dados contidos no subitem “4.4.2 Solução do segundo objetivo específico”, não apresentam quaisquer proposições relativas ao tema Defesa Nacional, sob o enfoque da expressão militar, confirmando a hipótese levantada.

4.5 RESPOSTA AO PROBLEMA DE PESQUISA E OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Apresentados e analisados, neste capítulo, os dados obtidos, respondidos os objetivos específicos e confirmada a hipótese apresentada, julga-se pertinente e necessário responder ao problema de pesquisa: **Em que medida os programas dos principais partidos políticos brasileiros, em 2015, manifestam o tema Defesa Nacional, sob o enfoque da expressão Militar?** Acredita-se, diante dos dados obtidos, das análises realizadas e das considerações apresentadas, que os programas dos principais partidos políticos brasileiros, em 2015, manifestam o tema Defesa Nacional, sob o enfoque da expressão Militar, em uma medida aquém das necessidades da nação, uma vez esperado que ao menos a maioria o fizesse (mais de 50%), apenas 44% desses documentos partidários abordam esse assunto.

O baixo enfoque dado ao tema Defesa Nacional, sob a perspectiva da expressão militar, concorre para que esteja em coerência com a *Saliency Theory*, embora seja notória a pouca importância também dada pelos partidos políticos em seus programas políticos a outros temas relevantes como a Educação, e a Ciência e Tecnologia, por exemplo.

Sob essa ótica, acredita-se diante do que foi apresentado, que esse resultado pode também indicar a existência de um desinteresse dos próprios partidos políticos em relação aos seus programas partidários, uma vez que não são cobrados pelo eleitorado quanto a apresentação de proposições escritas no formato de um contrato e principalmente quanto a apresentação de resultados que possam ser aferidos.

Além disso, o próprio desconhecimento do assunto por parte dos integrantes dos partidos políticos (direção e filiados) e dos cidadãos, pode contribuir para que o assunto não seja melhor abordado e, assim reportar poucas ou quase nenhuma proposições para o tratamento de tema tão relevante e importante para o desenvolvimento e a manutenção da soberania do país.

Note-se que muito do que foi encontrado nos programas partidários, em sua maioria com textos bastantes similares, se limita ao reconhecimento da missão das Forças Armadas. Missão esta já reportada na legislação existente.

Sob o escopo de uma visão um pouco mais ampla, cabe salientar que pouco ou quase nada foi encontrado em termos de proposições, dentre outras, tratando de investimentos (apenas o PMDB reporta a defesa de um percentual mínimo do PIB para investimento nas Forças Armadas), sobre o que consta da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional, do tratamento a ser dado a Base Industrial de Defesa (BID), das fronteiras e da defesa do país, dos projetos voltados a área aeroespacial, e de se discutir as condições e os limites de uso das Forças Armadas com a devida distinção entre segurança pública e segurança nacional, por exemplo.

Destarte essa constatação, deve se reconhecer, no entanto, que os programas partidários que deveriam ser um contrato com o eleitor e funcionar como um farol para o reconhecimento de como essas instituições pretendem atender aos anseios do país, em termos de Objetivos Nacionais, nem chegam a parecer peças de ficção. Tampouco guardam uma padronização de áreas e temas a serem abordados. Em alguns casos, inclusive, podem ser reconhecidas como textos históricos com simples críticas ao passado e ao presente. Pouco ou nada dizem e, algumas vezes, transformam-se em simples instrumentos eleitorais pelo uso do marketing. Ou seja, os programas partidários acabam por não traduzir o pensamento e a identidade de cada partido político.

O descaso dos partidos políticos por seus próprios programas pode ainda ser reconhecido pelo fato de que muitos dos partidos políticos, a despeito desses programas serem documentos básicos exigidos para o registro do partido, junto ao TSE, bem como de peça de conhecimento obrigatório dos filiados quando da filiação, não os terem disponibilizado em seus portais eletrônicos. Apenas 47% dos partidos políticos brasileiros disponibilizaram seus programas partidários em seus portais eletrônicos e mesmo assim, nem sempre de forma rápida e intuitiva. Ou seja, menos da metade dos partidos

políticos dão conhecimento de suas ideias e pretensões aos eleitores, bem como mantêm seus filiados devidamente informados.

Reforça essa ideia de descaso, a denuncia do “Diário de Minas”, em 2013, de que o PROS teria plagiado o programa do PTN. Se considerarmos que o programa traduz o pensamento e pode ser considerado a identidade do Partido Político, o que viria a diferenciar um partido do outro?

Com isso, já se verifica uma diminuição de filiados dos principais partidos políticos, sem que isso venha a significar um aumento de filiados dos demais partidos, uma vez que a legislação brasileira, em vigor, não obriga a filiação dos eleitores, mas apenas o apoio para a criação de novos partido³⁴. Apoio esse que pode ser dado a mais de um partido, ao mesmo tempo, desde que o eleitor não esteja filiado a algum partido e, além do mais, não necessita ser mantido para que o partido continue a existir.

Segundo o Jornal o Globo, de 28 de junho de 2015, dados do TSE revelam que, nos últimos sete anos, incluindo 2015, o número de filiados entre 16 e 24 anos despencou 56% nas cinco maiores legendas: PMDB, PT, PP, PSDB e PDT.

Por sua vez, nas estatísticas do TSE, de agosto de 2015, constata-se que alguns partidos possuem um número muito baixo de filiados, frente aos 15.289.094 eleitores filiados³⁵. Note-se que o número total de eleitores filiados corresponde a apenas 10,70% (142.822.046³⁶) do total de eleitores aptos a exercer o seu direito de voto. Apenas 8 (oito) partidos possuem mais de 0,5 % de eleitores filiados em relação ao total de eleitores existentes: PMDB, 1,64% (2.341.935); PT, 1,10% (1.579.446); PP, 0,99%(1.407.429); PSDB, 0,96% (1.365.995), PDT, 0,84% (1.201.459), PTB, 0,82% (1.176.201), DEM, 0,75% (1.077.935), PR, 0,53% (760.150).

³⁴ Ver § 1º, do art. 7º, da Lei 9.096, de 19 de set. 1995, disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9096.htm>. Acesso em 29 jul. 2015.

³⁵ Disponível em :<<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>>. Acesso em 04 de out. de 2015

³⁶ Disponível em : <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>>. Acesso em 04 de out. de 2015

Conclui-se, então, que o comportamento voltado ao descaso por parte dos partidos políticos reflete o próprio descaso dos cidadãos, que não se filiam aos partidos, não procuram conhecer seus programas e tampouco cobram resultados dessas instituições, esquecendo que são esses grupos que devidamente organizados propõem políticas e ditam os caminhos a serem trilhados pelo país.

4.6 O 33º PARTIDO POLÍTICO – O PARTIDO NOVO

Quando do término da redação do presente estudo, tendo em vista a última verificação do portal do TSE, em 16 de setembro de 2015, constatou-se o registro de mais um partido político, no Brasil, o Partido Novo. Nesse sentido, mesmo estando fora do escopo deste estudo (registrado até o primeiro semestre de 2015) julgou-se pertinente apresentar algumas considerações sobre o fato, que se dá pela inserção deste subitem.

Com esse registro, o Brasil passou a contar com 33 (trinta e três) partidos políticos junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Para tanto, o Portal daquele tribunal informa, ainda, que o partido em questão teve seu registro aprovado pelo TSE em 15 de setembro de 2015, além de apresentar o estatuto, nome do presidente e o endereço da sede da instituição. Não apresentando, no entanto, o endereço eletrônico, o telefone e, principalmente, da mesma forma em relação ao que ocorre com os demais partidos, o programa do partido. Qual seja, o documento que firma o compromisso, por meio das ideias/propostas que o partido defende, para conhecimento de seus afiliados e de seus potenciais eleitores.

No que concerne a ausência de disponibilização do programa, embora não exista obrigatoriedade para tal, cabe ressaltar que de acordo com o inciso I, do Art. 9º, da Lei nº 9.096/95³⁷, além do estatuto e outros documentos, faz-se necessário que o requerimento para o registro partidário se faça acompanhar de um “exemplar autenticado do inteiro teor do programa” (do partido), inscrito no Registro Civil.

³⁷Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9096.htm>. Acesso em 29 jul. 2015.

Por sua vez, em pesquisa realizada em buscador da rede mundial de computadores, foi encontrado o endereço eletrônico do Partido Novo³⁸. Nesse endereço não foi encontrado o programa do partido, mas apenas algumas hiperligações, a saber: valores, desafios e diferenciais. Nessas hiperligações não foram encontradas quaisquer menções ao tema Defesa Nacional, tampouco alguma referência às Forças Armadas.

Ainda, por meio de busca na rede mundial de computadores, utilizando os termos “programa partido novo”, verificou-se a existência de um “programa”, condensado em uma única página, onde também não foram encontradas quaisquer menções à Defesa Nacional, às Forças Armadas e a outros temas como, por exemplo, educação, segurança pública, ciência e tecnologia.

Pelo exposto, constata-se que os problemas apresentados pelo 33º partido brasileiro, até que haja alteração em seu portal eletrônico e haja disponibilização de outro programa, em nada difere daquilo que foi constatado nos partidos que serviram de base a este estudo.

5 DISCUSSÃO, CONCLUSÕES E SUGESTÕES P/ FUTURA INVESTIGAÇÃO

O presente trabalho foi dividido em 5 (cinco) capítulos. No primeiro capítulo o assunto foi definido e contextualizado. Foram, ainda, apresentados a hipótese e os objetivos geral e específicos, bem como foi delimitado o estudo e sua relevância, assim como o plano de apresentação da monografia. No segundo capítulo realizou-se uma pequena revisão de literatura para um melhor conhecimento sobre partidos políticos, programas partidários, Defesa Nacional, Expressão Militar e a *Saliency Theory*. O terceiro capítulo cuidou de explicar a metodologia utilizada para a obtenção dos dados julgados pertinentes e necessários a realização desse estudo. Já no quarto capítulo foram apresentados e analisados os dados obtidos, bem como feitas algumas considerações sobre os resultados obtidos.

³⁸Disponível em: <<http://novo.org.br/>>. Acesso em 29 jul. 2015.

Este quinto capítulo trata de discutir, concluir e sugerir futuras investigações, baseado na leitura dos programas dos partidos políticos e nos resultados obtidos. Assim, verificou-se que apenas 44% dos partidos políticos manifestam o tema Defesa Nacional, sob o enfoque da expressão Militar, bem como entendeu-se que a *Saliency Theory* explica e reflete a baixa medida com que o tema Defesa Nacional, é percebido por uma grande parcela dos eleitores, e por conseguinte pelos próprios partidos políticos. Fosse o tema melhor percebido, certamente seria tratado com maior relevância nos programas dos partidos. Para tanto, entende-se que o percentual abaixo dos 50% e a *Saliency Theory* ajudam a responder ao problema de pesquisa desse estudo que buscava verificar: **Em que medida os programas dos principais partidos políticos brasileiros, em 2015, manifestam o tema Defesa Nacional, sob o enfoque da expressão Militar?**

Ainda baseado no percentual acima, constata-se que 56%³⁹ dos partidos políticos não manifestam o tema Defesa Nacional, sob o enfoque da expressão Militar, o que concorreu para confirmar a hipótese levantada no início da pesquisa de que a maior parte dos partidos registrados não abordariam o tema em seus programas partidários.

Por sua vez, constatou-se ainda que apenas 47%⁴⁰ dos partidos políticos brasileiros disponibilizaram seus programas partidários em seus portais eletrônicos e mesmo assim, nem sempre de forma rápida e intuitiva. Certamente essa baixa disponibilização e a dificuldade de acesso, agregado ao desinteresse e descrença dos próprios eleitores, concorre ainda mais para que essa situação tenda a se agravar.

Diante dessa situação, considera-se que os cidadãos e as direções dos Partidos Políticos devem entender que a situação necessita ser alterada para que possam não só pensar o Brasil, mas torná-lo de fato uma grande nação.

³⁹Com a inclusão do 33º partido esse percentual passa a ser de 58%, uma vez que esse partido também não manifesta o tema Defesa Nacional no programa encontrado na rede mundial de computadores.

⁴⁰Com a inclusão do 33º partido esse percentual passa a ser de 45%, uma vez que esse partido também não disponibilizou seu programa no portal do partido.

Sendo assim, sugere-se que as Universidades, os Institutos de Estudos e Organizações Não Governamentais, dentre outras, promovam um estreitamento de relações, aproximando-se da população, por meio de seminários, realização de estudos e publicação de resultados, para um maior conhecimento sobre o assunto por parte dos cidadãos e dos dirigentes dos Partidos Políticos.

No caso específico da Escola Superior de Guerra (ESG), defende-se que esta instituição, mantenha-se apartidária, mas busque se aproximar dos dirigentes partidários, bem como auxilie os cidadãos, principalmente os Estagiários do CAEPE (ou de Cursos específicos), a melhor compreender a importância dos programas dos partidos.

Essa maior interação é necessária, baseado no entendimento de que não há como se pensar em grandes projetos para o Brasil, se estes não puderem ser internalizados como bandeiras partidárias a serem defendidas por seus afiliados. As proposições de um partido devem ser construídas e tidas como um contrato estabelecido entre o mesmo e o cidadão que venha a eleger candidatos comprometidos com causas conhecidas e que serão alvo de avaliação contínua. Essa integração e ganhos de conhecimento poderão ser realizados por meio de simpósios, estabelecimento de convênios com partidos políticos para o estudo de temas relevantes e de interesse da sociedade, bem como pela publicação e envio para essas instituições de estudos realizados no âmbito desta Escola, que reconhecidamente possam contribuir para um Brasil melhor.

No que se refere aos contributos desta pesquisa, acredita-se que tenha servido para proporcionar um melhor conhecimento do tratamento dado pelos Partidos Políticos em seus programas partidários em relação ao tema Defesa Nacional, sob a perspectiva da Expressão Militar, bem como para despertar o interesse para a discussão desse assunto, como forma de viabilizar os pequenos e grandes projetos pensados na Escola Superior de Guerra ou até mesmo em outras instituições acadêmicas.

No que concerne as futuras pesquisas, sugere-se verificar como os partidos políticos veem a Escola Superior de Guerra, uma vez que um dos partidos políticos recusou o recebimento da pesquisa que lhe foi enviada tendo como endereço do remetente esta instituição de ensino, bem como os demais partidos, à exceção do PDT, não responderam ao questionário desse estudo.

Sugere-se, ainda, verificar em que medida os programas partidários são alterados, bem como pesquisar a aceitabilidade por parte dos Partidos Políticos ou mesmo do Tribunal Superior eleitoral, que poderá normalizá-la, de proposição de um modelo de programa partidário com temas pré-estabelecidos (Ideologia, Fundamentos Econômicos, Educação, Ciência e Tecnologia, Infraestrutura, Transportes, Saúde, Defesa Nacional, Agricultura, dentre outros). Caberia, nesse caso, aos Partidos Políticos adequar suas proposições para cada tema já pré-definido e acrescentar outros julgados pertinentes. Acredita-se que esse modelo possibilitaria uma melhor comparação entre os programas dos partidos, bem como obrigaria os mesmos a apresentar ao eleitor, com antecedência, as ideias que defende, possibilitando maior transparência e previsibilidade de um futuro governo.

Entende-se, ainda, como interessante, a realização de estudo e a análise quanto a obrigatoriedade de todo eleitor filiar-se à um Partido Político, em conjunto, neste caso, com a adoção de voto facultativo. Defende-se a realização de mais essa pesquisa na crença de que essa obrigatoriedade poderia concorrer para que os programas partidários sejam melhor trabalhados, bem como a direção partidária e os representantes eleitos possam ser cobrados quanto aos resultados e coerência de ideias pelos afiliados do partido e eleitores em potencial.

Finalmente, sugere-se, também, para uma maior transparência, que o TSE seja instado a disponibilizar em seu portal toda a documentação exigida no art. 9º, da Lei nº 9.096/95 ou, pelo menos, os que constam de seu primeiro inciso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 31 mar. 2015.

_____. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. **Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 31 mar. 2015.

_____. Decreto Legislativo nº 373, de 26 de setembro de 2013. **Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional**. Diário Oficial da União nº 187, Seção I, de 26 de setembro de 2013, Brasília, DF, 2012.

_____. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, **Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9096.htm>. Acesso em: 31 mar. 2015.

_____. Ministério da Defesa. MD 35-G-01. **Glossário das Forças Armadas**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://bdlegis.defesa.gov.br/img_anexo_bdlegis/1263PN_196_EMD_de_22.02.2007_MANUAL.pdf. Acesso em: 31 mar. 2015.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Presidência da República. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

_____. Congresso Nacional. Senado Federal. **Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias**. Brasília, DF: Coordenação de Edições Técnicas, 2014. 389 p.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Partidos políticos registrados no TSE**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>>. Acesso em: 16 set. 2015.

BALZA, G. **Recém-criado, PROS copia programa do PTN**. UOL, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/10/09/rece-criado-pros-plagia-programa-do-ptn.htm>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

BUDGE, I.; FARLIE, D. **Voting and party competition: A theoretical critique and synthesis applied to surveys from ten democracies**. John Wiley and Sons, 1977.

_____. **Explaining and predicting elections: Issue effects and party strategies in twenty-three democracies.** Taylor and Francis, 1983a.

_____. **Explaining and predicting elections: Issue effects and party strategies i. Party competition: selective emphasis or direct confrontation?:an alternative view with data.** Londres: Sage Publications,1983b.

COUTO, M; TARDÁGUILA, C. Engrenagem envelhecida: partidos sem renovação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 jun. 2015. p. 3.

DOLEZAL, M. et al. How parties compete for votes: a test of saliency theory.**European Journal of Political Research**, Viena,v. 53, n. 1, p. 57–76, 2014.

DOWNS, A. **An economics theory of democracy.** New York: Harper, 1957.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil).**Fundamentos doutrinários.** Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Objetivos Nacionais.** Rio de Janeiro, 2015.

FRANCO, A. A. M. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1974.

GRAHMANN, L. G. M. Formato e tendências do sistema partidário. In: L. JÚNIOR, O. B.de. (Org.).**O sistema Partidário Brasileiro.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 211–266.

KELSEN, H. **A democracia.** 2. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 2000.

KLINGEMANN, H. D.; HOFFERBERT, R. I.; BUDGE, I. **Parties, policies, and democracy.** Colorado: Westview Press, Inc., 1994.

PETERS, G; WOOLLEY, J. T. **Republican party platforms:** republican party platform of 1956.The American Presidency Project. USA, 1956. Disponível em:<<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25838>>.Acesso em: 13 abr. 2015

ROBERTSON, D. A. **Theory of party competition.** Londres: Wiley, 1976.

PCdoB, PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Programa do PCdoB.** São Paulo, 2009.Disponível em:<http://www.pcdob.org.br/documento.php?id_documento_arquivo=1>. Acesso em: 29 jun. 2015.

PSDB, PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. **Programa do PSDB**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: < http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Programa_250688.pdf >. Acesso em: 29 jun. 2015.

_____, PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. **Novo Programa do PSDB**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: < http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Programa_PSDB_2007.pdf >. Acesso em: 29 jun. 2015.

PDT, PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Programa do PDT**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: < <http://www.pdt.org.br/index.php/pdt/programa> >. Acesso em: 29 jun. 2015.

NOVO, PARTIDO NOVO. **Programa do Novo**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: < <http://novo.org.br/downloads/Programa.pdf> >. Acesso em: 16 set. 2015.

PMDB, PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Programa do PMDB**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://pmdb.org.br/institucional/programa-partidario>. Acesso em: 29 jun. 2015.

PT, PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Estatuto e Manifesto do PT**. Brasília, DF, 1995. Disponível em: < <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-de-22-12-1995-resolucao-tse-no.1996> >. Acesso em: 29 jun. 2015.

_____, PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo, 2002. Disponível em: < <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf> >. Acesso em: 29 jun. 2015.

_____, PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa de governo Dilma Presidente**. Sítio do PT. São Paulo, 2014. Disponível em: < <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/05/DIRETRIZES-PROGRAMA-DE-GOVERNO-DILMA-PRESIDENTE-20141.pdf> >. Acesso em: 29 jun. 2015.

PPL, PARTIDO PÁTRIA LIVRE. **Programa do Partido Pátria Livre**. Brasília, 2011. Disponível em: < <http://www.partidopatrialivre.org.br/> >. Acesso em: 29 jun. 2015.

PP, PARTIDO PROGRESSISTA. **Programa do Partido Progressista**. Webadvisor. Brasília, 2012a. Disponível em: < <http://www.webadvisor.com.br/sites/1600/1694/00000589.pdf> >. Acesso em: 29 jun. 2015.

_____, PARTIDO PROGRESSISTA. **Programa Partidário**. Brasília, 2012b. Disponível em: < <http://www.pp.org.br/textos/453/27435/ProgramaPartidario/?sIT=119032> >. Acesso em: 29 jun. 2015.

PRTB, PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO. **Programa do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://prtbr.org.br/2013/01/10/programa/>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

PRB, PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO. **Programa do Partido Republicano Brasileiro**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.prb10.org.br/o-partido/programa/>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

PROS, PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL. **Bandeiras do Partido Republicano da Ordem Social**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.pros.org.br/bandeiras/>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

PSL, PARTIDO SOCIAL LIBERAL. **Programa do Partido Social Liberal**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://psl.org.br/conheca-o-psl/propostas/>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

PSDC, PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO. **Programa do Partido Social Democrata Cristão**. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://www.psd.org.br/sobre-nos/programa/>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

PSOL, PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **Programa do Partido Socialismo e Liberdade**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/site/paginas/2/programa>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

PSB, PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO. **Manifesto do Partido Socialista Brasileiro**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.psb40.org.br/fixa.asp?det=1>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

PSTU, PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS. **Programa do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados**. São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/programa>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

PTB, PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. **Programa do Partido Trabalhista Brasileiro**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.ptb.org.br/?page=ConteudoPage&cod=325>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

PMN, PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL. **Programa do Partido da Mobilização Nacional**. Sítio do TSE. Brasília, DF, 1995. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-do-partido-pmn-de-3-12-1995-resolucao-tse-no.1996>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

PV, PARTIDO VERDE. **Programa do Partido Verde**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://pv.org.br/opartido/programa/>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

SDD, SOLIDARIEDADE. **Programa do Solidariedade**. Brasília, DF, 2012. Diário Oficial da União (DOU) de 29 de outubro de 2012, pág. 228, Seção 3

____, SOLIDARIEDADE. **Bandeiras do Solidarietà**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.solidariedade.org.br/nossas-bandeiras/>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

ANEXO A

Partidos registrados no TSE					
0001	SIGLA	NOME	DEFERIMENTO	PRESIDENTE NACIONAL	Nº
1	PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	30.6.1981	MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA	15
2	PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	3.11.1981	CRISTIANE BRASIL	14
3	PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	10.11.1981	CARLOS LUPI	12
4	PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES	11.2.1982	RUI GOETHE DA COSTA FALCAO	13
5	DEM	DEMOCRATAS	11.9.1986	JOSÉ AGRIPINO MAIA	25
6	PCdoB	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	23.6.1988	LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS	65
7	PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	1°.7.1988	CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE BARROS	40
8	PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	24.8.1989	AÉCIO NEVES DA CUNHA	45
9	PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO	22.2.1990	DANIEL S. TOURINHO	36
10	PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO	29.3.1990	VÍCTOR JORGE ABDALA NÓSSEIS	20
11	PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	25.10.1990	TELMA RIBEIRO DOS SANTOS	33
12	PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA	29.10.1991	OVASCO ROMA ALTIMARI RESENDE	44
13	PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	19.3.1992	ROBERTO FREIRE	23
14	PV	PARTIDO VERDE	30.9.1993	JOSÉ LUIZ DE FRANÇA PENNA	43
15	PTdoB	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL	11.10.1994	LUIS HENRIQUE DE OLIVEIRA RESENDE	70
16	PP	PARTIDO PROGRESSISTA	16.11.1995	CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO	11
17	PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	19.12.1995	JOSÉ MARIA DE ALMEIDA	16
18	PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	9.5.1996	IVAN MARTINS PINHEIRO*	21
19	PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	18.2.1997	JOSÉ LEVY FIDELIX DA CRUZ	28
20	PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE	20.3.1997	EDUARDO MACHADO E SILVA RODRIGUES	31
21	PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO	5.8.1997	JOSÉ MARIA EYMAEL	27
22	PCO	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA	30.9.1997	RUI COSTA PIMENTA	29
23	PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL	2.10.1997	JOSÉ MASCÍ DE ABREU	19
24	PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL	2.6.1998	LUCIANO CALDAS BIVAR	17
25	PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	25.8.2005	MARCOS ANTONIO PEREIRA	10
26	PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	15.9.2005	RAIMUNDO LUIZ SILVA ARAÚJO	50
27	PR	PARTIDO DA REPÚBLICA	19.12.2006	ALFREDO NASCIMENTO	22
28	PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	27.9.2011	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR, no exercício da presidência	55
29	PPL	PARTIDO PÁTRIA LIVRE	4.10.2011	SÉRGIO RUBENS DE ARAÚJO TORRES	54
30	PEN	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL	19.6.2012	ADILSON BARROSO OLIVEIRA	51
31	PROS	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL	24.9.2013	EURÍPEDES G.DE MACEDO JÚNIOR	90
32	SD	SOLIDARIEDADE	24.9.2013	PAULO PEREIRA DA SILVA	77

(*) Nos termos do § 1º do art. 58 do estatuto do PCB, para fins jurídicos e institucionais, os cargos de Secretário Geral do Comitê Central e de Secretário Político dos Comitês Regionais e Municipais equiparam-se ao de Presidente do Comitê respectivo.

ANEXO B

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2015

À sua Excelência, o Senhor
Presidente Nacional do PPPP Fulano de Tal
Endereço XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - Brasília-DF
CEP: 70200-NNN
juridica@pppp.org.br

Dirijo-me respeitosamente a V. Exa. para solicitar sua valiosa colaboração no sentido de responder ou determinar a um membro da direção do partido que se digne a responder a presente pesquisa (que segue anexo e pode ser respondida eletronicamente por meio do link <https://pt.surveymonkey.com/r/W8VLJGC>, que também será disponibilizado por meio de correio eletrônico), fruto de estudo acadêmico a ser elaborado por este Oficial Militar, com vistas a atender requisitos do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) da Escola Superior de Guerra (ESG).

O foco da pesquisa concentra-se em **reconhecer em que medida os programas dos principais partidos políticos brasileiros manifestam o tema Defesa Nacional, sob o enfoque da expressão Militar, em 2015.**

Para tanto, saliento que Defesa Nacional é caracterizada na Política Nacional de Defesa (PND) como sendo “o conjunto de medidas e ações do estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (Livro Branco de Defesa, p. 24)

Por sua vez, cabe ressaltar que Poder Nacional, conforme conceituado no âmbito da ESG, “é a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional e manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científica-tecnológica (NCE 02- 2015, DAP, ESG, p. 7).

Outrossim, Expressão Militar do Poder Nacional, conforme conceituado nos normativos da ESG, “é a manifestação de natureza preponderantemente

militar, que contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais” (NCE 02-2015, DAM, ESG, p. 8.)

Apresentadas as considerações julgadas necessárias e com a finalidade de possibilitar a entrega de meu trabalho dentro do prazo que me foi estabelecido, **solicito a V.Exa., por obséquio, o envio das respostas desta pesquisa, até o dia 22 de junho de 2015:**

- **preferencialmente**, por meio de preenchimento eletrônico utilizando o link supramencionado no primeiro parágrafo desta missiva;
- pelo envio para o correio eletrônico **pontes@esg.br**; ou
- encaminhadas para o endereço constante do envelope.

Finalmente, caso haja alguma necessidade de dirimir dúvidas sobre a pesquisa, solicito o envio do questionamento para o correio eletrônico informado no parágrafo anterior.

Certo de sua valiosa atenção e colaboração, desde já agradeço.

Respeitosamente e com os melhores cumprimentos,

Luiz Antonio **Pontes** – Coronel Intendente da Aeronáutica
Estagiário do Curso de Altos Estudos (CAEPE)
Escola Superior de Guerra (ESG)
(21) 9NNNNNNN

ANEXO C



NNN- Programa Partidário - Defesa Nacional

1. Informe o seu nome:

*** 2. Informe o seu cargo no partido:**

• **3. Resuma as suas responsabilidades junto ao partido:**

*** 4. O seu partido possui um programa (conteúdo programático) que defina a identidade do mesmo para seus afiliados e eleitores (como pensa e o que pretende)?**

- Sim
 Não

*** 5. O seu partido considera que o programa (conteúdo programático) disponibilizado pode ser considerado como sendo um contrato com o povo brasileiro?**

- Sim
 Não

*** 6. Esse programa (conteúdo programático) está disponibilizado na internet?**

- Sim
 Não

*** 7. Esse programa (conteúdo programático) está atualizado?**

- Sim
 Não

**8. Qual é a previsão de atualização do programa de seu partido?
(Preencher se o programa do partido não estiver atualizado)**

Data prevista até

DD / MM / AAAA

*** 9. Quão bem o seu partido considera o tema Defesa Nacional?**

- Extremamente importante
 Muito importante
 Moderadamente importante
 Pouco importante
 Nada importante

*** 10. Para o seu partido a expressão militar quanto ao tema Defesa Nacional deve ser considerada:**

- Extremamente importante
 Muito importante
 Moderadamente importante
 Pouco importante
 Nada importante

*** 11. O programa de seu partido apresenta o pensamento do partido quanto ao tema Defesa Nacional?**

- Sim
 Não

*** 12. O seu partido considera que a Defesa Nacional do Brasil pode ser realizada por meio da Expressão Econômica?**

- Sim
 Não

*** 13. O seu partido considera que a Defesa Nacional do Brasil pode ser realizada por meio da expressão Ciência e Tecnologia?**

- Sim
 Não

*** 14. O seu partido considera que a Defesa Nacional do Brasil pode ser realizada por meio da expressão psicossocial?**

- Sim
 Não

*** 15. Marque as Expressões do Poder Nacional que são contempladas no programa de seu partido sobre o tema Defesa Nacional:**

- Ciência e Tecnologia
 Econômica

- Militar
- Psicossocial
- Nenhuma das expressões é contemplada

*** 16. Informe em que parte do programa se encontra o pensamento do partido quanto ao tema Defesa Nacional. Caso o tema não esteja sendo tratado no programa de seu partido, informe a posição do partido quanto ao tema.**

*** 17. O Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, do Poder Executivo, aprovou a Política Nacional de Defesa (PND). O seu partido considera que a Política Nacional de Defesa (PND), por sua importância, deva ser discutida (rediscutida) na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e submetida à aprovação do Congresso Nacional?⁴¹**

- Sim
- Não

18. O Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, do Poder Executivo, aprovou a Estratégia Nacional de Defesa (END). O seu partido considera que a Estratégia Nacional de Defesa (END), por sua importância, deva ser discutida (rediscutida) na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e submetida à aprovação do Congresso Nacional?⁴²

- Sim
- Não

*** 19. Seu partido defende gastos em investimentos na área de defesa equivalente à:**

- menos de 1% do PIB Nacional (consta, inclusive, no programa do partido)
- Entre 1% e 2% do PIB Nacional (consta, inclusive, no programa do partido)
- Entre 2% e 3% do PIB Nacional (consta, inclusive, no programa do partido)
- Entre 3% e 4% do PIB Nacional (consta, inclusive, no programa do partido)
- Entre 4% e 5% do PIB Nacional (consta, inclusive, no programa do partido)
- Mais de 5% do PIB Nacional (consta, inclusive, no programa do partido)

⁴¹A citação ao Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, não invalida a pergunta, embora reconheça-se que estaria melhor colocada se fizesse alusão ao Decreto Legislativo nº 373/2013, publicado no DOU nº 187, Seção I, de 26 set. 2015, aprovado com base no Parecer nº 51, de 2012-CN, que salvo melhor juízo revogou tacitamente o decreto do executivo em questão, embora o mesmo ainda conste do portal do Planalto como válido.

⁴²A citação ao Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, não invalida a pergunta, embora reconheça-se que estaria melhor colocada se fizesse alusão ao Decreto Legislativo nº 373/2013, publicado no DOU nº 187, Seção I, de 26 set. 2015, aprovado com base no Parecer nº 51, de 2012-CN, que salvo melhor juízo revogou tacitamente o decreto do executivo em questão, embora o mesmo ainda conste do portal do Planalto como válido.

- Não defende gastos em investimentos na área de defesa
- menos de 1% do PIB Nacional (não consta no programa do partido)
- Entre 1% e 2% do PIB Nacional (não consta no programa do partido)
- Entre 2% e 3% do PIB Nacional (não consta no programa do partido)
- Entre 4% e 5% do PIB Nacional (não consta no programa do partido)
- Mais de 5% do PIB Nacional (não consta no programa do partido)

*** 20. Algum membro da direção do partido frequentou algum curso sobre Política e Estratégia na Escola Superior de Guerra (ESG) ou em outra instituição acadêmica?**

- Sim, algum membro da direção do partido frequentou algum curso sobre Política e Estratégia na ESG
- Não, nenhum membro da direção do partido frequentou algum curso sobre Política e Estratégia na ESG, tampouco em outra instituição acadêmica
- Sim, em outra instituição acadêmica (especifique)

*** 21. O partido considera a participação de algum membro de sua direção em algum curso da Escola Superior de Guerra (ESG)? Por exemplo, o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE).**

- Sim
- Não

*** 22. O preenchimento dessa pesquisa concorreu ou concorrerá para uma análise sobre a necessidade de alteração do programa de seu partido?**

- Concorreu
- Concorrerá
- Não concorreu

ANEXO D

Exmo. Sr. Presidente Nacional do PPPP
FULANO DE TAL

Dirijo-me respeitosamente a V. Exa. para solicitar sua valiosa colaboração no sentido de responder ou determinar a um membro da direção do partido que se digne a responder a presente pesquisa a ser respondida eletronicamente, preferencialmente, por meio do link <https://pt.surveymonkey.com/r/WRCKTT9>, fruto de estudo acadêmico a ser elaborado por este Oficial Militar, com vistas a atender requisitos do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) da Escola Superior de Guerra (ESG).

O foco da pesquisa concentra-se em **reconhecer em que medida os programas dos principais partidos políticos brasileiros manifestam o tema Defesa Nacional, sob o enfoque da expressão Militar, em 2015.**

Para tanto, saliento que Defesa Nacional é caracterizada na Política Nacional de Defesa (PND) como sendo “o conjunto de medidas e ações do estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (Livro Branco de Defesa, p. 24)

Por sua vez, cabe ressaltar que Poder Nacional, conforme conceituado no âmbito da ESG, “é a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional e manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científica-tecnológica (NCE 02- 2015, DAP, ESG, p. 7).

Outrossim, Expressão Militar do Poder Nacional, conforme conceituado nos normativos da ESG, “é a manifestação de natureza preponderantemente militar, que contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais” (NCE 02-2015, DAM, ESG, p. 8.)

Apresentadas as considerações julgadas necessárias e com a finalidade de possibilitar a entrega de meu trabalho dentro do prazo que me foi estabelecido, **solicito a V.Exa., por obséquio, o envio das respostas desta pesquisa, até o dia 22 de junho de 2015:**

- **preferencialmente**, por meio de preenchimento eletrônico utilizando o link supramencionado no primeiro parágrafo desta missiva;
- pelo envio para o correio eletrônico **pontes@esg.br**; ou
- encaminhadas para o endereço constante do envelope da carta com aviso de recebimento nº AANNNNNNNNBR enviada a esse Diretório.

Finalmente, caso haja alguma necessidade de dirimir dúvidas sobre a pesquisa, solicito o envio do questionamento para o correio eletrônico informado no parágrafo anterior.

Certo de sua valiosa atenção e colaboração, desde já agradeço.

Respeitosamente e com os melhores cumprimentos,

Luiz Antonio **Pontes** – Coronel Intendente da Aeronáutica

Estagiário do Curso de Altos Estudos (CAEPE)

Escola Superior de Guerra (ESG)

(21) 9NNNNNNNN